

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT.



**Eleições
Presidenciais**

Um caminho para vencer

Quatro decisões chaves para desencadear a maior campanha política de massas da história do movimento operário e popular no Brasil.

Especial

**Conselhos populares e
administrações do PT**

Pags. 7 a 10

Nacional

**CUT e CGT convocam
greve geral**

Pág. 6

**O legado de
Chico Mendes**

Pags. 10 e 11

Quatro decisões para vencer

A menos de nove meses das eleições presidenciais, o cenário das candidaturas continua bastante indefinido.

Esta indefinição é, no fundamental, expressão da enorme dificuldade que as classes dominantes encontram para forjar uma candidatura que seja unitária, viável eleitoralmente e confiável para o grande capital.

A não fixação das candidaturas, as incertezas do desenvolvimento da economia este ano, a não definição da utilização do horário de propagan-

da gratuita, tudo isso acaba dando um quadro de grande imprevisibilidade às eleições presidenciais.

É neste contexto que o PT começa a enfrentar as definições de construção da candidatura que deverá polarizar o campo do movimento operário e popular. O PCB já anunciou a sua disposição (não se sabe se de forma irreversível) de lançar uma candidatura própria para o primeiro turno, enquanto o PCdoB se orienta provavelmente para o apoio à candidatura de Lula.

Nenhum analista político sé-

rio pode assim a esta altura descartar as chances reais de vitória do PT nas eleições presidenciais. E elas dependem muito do perfil de candidatura que construímos e das iniciativas que tomarmos nos próximos meses.

A seguir, comentamos sob o ângulo de quatro questões decisivas, o documento aprovado em reunião do Diretório Nacional. Elas serão discutidas nas convenções que prepararão um Encontro Nacional que o partido realizará em junho.

Expansão da força militante

O movimento operário e popular será um antes e outro depois da campanha de Lula à presidência. Precisamos dizer mais: o PT deve ser um antes e outro depois da campanha.

Uma primeira definição básica: a campanha de Lula se apoiará em estruturas paralelas e provisórias ou buscará ao máximo se apoiar nas estruturas orgânicas do partido? Devemos ser claros pela segunda opção: as eventuais estruturas especiais de campanha que forem criadas devem ser subordinadas politicamente ao máximo às estruturas de decisão regulares do partido; o eixo de mobilização petista deve se apoiar no fundamental na **força orgânica** do partido.

Queremos que o partido construa a campanha e se construa nela. Se o eixo da campanha for — da direção à

base — estruturas especiais, provisórias, “eleitorais”, a campanha presidencial terá um enorme efeito dissolvente e desorganizador.

Democracia e transparência

A segunda opção fundamental é a de dotar a direção da campanha — em nível nacional, estadual e municipal — da máxima democracia e transparência.

Isto é fundamental em dois sentidos: integrar todas as contribuições, com o respectivo peso, das diversas tendências do partido e criar um canal claro de comunicação entre a direção e a base da campanha, única maneira de dirigir um esforço de mobilização que puxará para a ação centenas de milhares de ativistas.

Milhares de comitês de base

A eleição de Lula só é possível se chegarmos até meados do ano já com milhares de comitês de base — em fábricas, bairros, cidades pequenas, escolas — nos vários cantos do país.

O esforço de organização da campanha não pode estar limitado e concentrado apenas aos petistas que hoje desenvolvem uma militância regular. A campanha de Lula à presidência trará para a ação política milhares e milhares de novos companheiros. Estes novos companheiros devem ser organizadores, propagadores, agitadores da campanha.

Devemos buscar inclusive criar formas de coordenação destes núcleos de base, que favoreçam ações unitárias de



mobilização, troca de experiências e apoio mútuo. Eles servirão de base para a reestruturação do partido em núcleos após as eleições.

Um jornal de massas

Todo este esforço exige um alimentador político, um veí-

culo nacional de massas que unifique politicamente este esforço de mobilização.

Continuamos a defender um jornal nacional de massas do PT que seja já lançado no início deste semestre. O partido tem todas as condições — políticas, financeiras, apoio de jornalistas — para transformá-lo já em realidade.

O peso do movimento sindical

As últimas eleições municipais demonstraram o peso enorme da mobilização sindical na votação. Há uma relação clara de sintonia entre o nível de mobilização dos trabalhadores e a votação conferida ao PT. É a partir das greves que os trabalhadores adquirem confiança em suas próprias forças, no projeto do PT.

Podemos afirmar com certeza que a votação de Lula nas próximas eleições presidenciais dependerá em grande medida do nível das lutas que o movimento sindical mantiver este ano. E dependerá não apenas da amplitude destas lutas mas do próprio sentido delas: o de conseguirem firmar o movimento sindical com um

interlocutor nacional à política econômica do governo.

Uma linha de atuação do PT que secundarizasse a atuação do movimento sindical este ano em nome da principalidade da campanha presidencial seria, pois, contraproducente não apenas para a luta geral dos trabalhadores mas até do ponto de vista estritamente eleitoral.

Seria bem mais correto entender que a nova situação política do país **requilifica** a ação sindical. Mais do que nunca é preciso romper com a falsa dicotomia entre as lutas específicas e a luta política mais geral. Devemos atuar nas campanhas salariais, nas inúmeras lutas cotidianas denunciando também o governo Sarney e os projetos burgueses.

Outra preocupação importante é a de que o trabalho partidário no interior das categorias deve se dar a partir dos comitês de campanha organizados, embriões de futuros núcleos do partido. Esta questão é de grande importância para que esta postura ofensiva em prol da candidatura Lula preserve a autonomia das entidades sindicais.

O impacto das alianças

A partir da experiência positiva de coligações que o PT desenvolveu nas eleições municipais de 1988 e da linha geral das resoluções do V Encontro Nacional, o documento aprovado no Diretório Nacional afirma o seguinte: “Do ponto de vista político, o PT procura atrair, já para o primeiro turno, todas as forças que se colocam à esquerda, como o PV, o PSB e os PC’s. Com a eleição se dará em dois turnos, o PT desenvolve sua campanha visando a manter essas alian-

ças e aplicar uma tática que possibilite contar com o apoio do PSDB e do PDT no 2º turno.”

A política de alianças do PT — a capacidade do partido exercer a sua vocação hegemônica no campo operário e popular e polarizar a oposição à “Nova República” — será certamente um outro importante elemento para a vitória eleitoral.

Se para o primeiro turno, há um consenso em torno das for-

ças que devemos procurar atrair, o partido deve discutir mais a sua posição para o segundo turno. Não podemos estabelecer alianças de governo com o conjunto do PSDB ou PDT, sob pena de descaracterizar o nosso programa. O mais correto seria combinar a pressão sobre as bases destes partidos com uma política de aliança mais dirigida aos setores de esquerda destes partidos ou que tenham uma relação mais direta com o movimento operário e popular.

EM TEMPO
Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial : Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.
Jornalista Responsável : Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769.
EM TEMPO : é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57. Pinheiros. São Paulo, SP. CEP 05414. Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10.
Sucursais : Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618. Loja 4. Bonfim. CEP 90210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20031.

Qual governo, qual programa?

Um governo do PT instalaria uma dinâmica inevitável de choques com o grande capital e as instituições do Estado burguês.

A primeira constatação é que os termos da resolução aprovada no Diretório Nacional significam um recuo nas posições e na clareza em relação às teses do V Encontro.

Este recuo ocorre em três idéias-chaves. Em primeiro lugar, as teses do V Encontro afirmam que a dinâmica imprimida ao governo democrático-popular levará à adoção concomitante de "medidas de caráter socialista". As resoluções do Diretório Nacional dizem, ao contrário, que o PAG implica em mudanças "nos limites do capitalismo".

Em segundo lugar, as teses do V Encontro afirmam que um governo liderado pelo PT é um "governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa". O documento do Diretório Nacional atenua esta visão. Por fim, enquanto as teses do V Encontro falam em "uma ruptura revolucionária", a resolução do Diretório fala genericamente em "democratizar o Estado" ou "consolidar a democracia".

Soma de ilusões

O que o texto do Diretório Nacional sugere, nas suas ambigüidades, nos seus silêncios, é uma soma de ilusões.

A primeira delas: "Democratizar a vida econômica e social; democratizar o Estado; acabar com a miséria e as desigualdades regionais e estabelecer soberania e independência nacionais" não são objetivos que possam ser cumpridos pela aplicação de um programa nos limites do capitalismo.

A segunda e a terceira ilusões referem-se ao papel fundamental que o governo executivo federal cumpre na armação da estrutura do Estado burguês e na acumulação do capital. Sabemos que o equilíbrio dos três poderes — executivo, legislativo, judiciário — é uma ficção no Estado burguês. E é algo mais fictício ainda na tradição republicana brasileira, que é presidencialista, extremamente centralista e autoritária. Pela carga de poderes que concentra, a presidência da República cumpre o papel de solda, de centro de equilíbrio, de eixo de gravidade do Estado burguês.

A presença de um partido de feição anticapitalista como é o PT na presidência da República por si só imprime uma dinâmica desestabilizadora do Estado burguês. Em uma situação deste tipo, todas as outras esferas do Estado burguês passam a exercer um papel de enfrentamento em relação ao executivo: as Forças Armadas que pressionam para conter, limitar e condicionar suas ações; o Congresso Nacional (no caso com uma aplastrante maioria conservadora tanto no Senado como na Câmara) passa a exercer uma política sistemática de veto às políticas do governo central; o poder judiciário, apoiado no texto conservador da Constituição em vigor, passa a redefinir os limites da legalidade dos atos do governo; os meios de comunicação de massa exercem uma pressão desestabilizadora e assim por diante.



As definições do V Encontro

"Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas."

"Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiária e antimonopólio — tarefas não efetivadas pela burguesia — tem um duplo significado: em primeiro lugar é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo desta natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular."

A mesma dinâmica ocorre — e até com mais gravidade — no plano da economia. A presidência da República tem em suas mãos uma soma poderosíssima de instrumentos de política econômica. À presença do PT na presidência da República, o grande capital retrucaria certamente com a fuga de capitais, a especulação financeira redobrada, o jogo desestabilizador da remarcação de preços, a estocagem de produtos, a paralisação dos investimentos etc.

A única maneira de um governo democrático-popular fazer frente a uma tal dinâmica seria a de utilizar cada es-

A proposta do Diretório Nacional

"O Programa Alternativo de Governo comporta um conjunto de propostas, democráticas e populares, de reformas da sociedade brasileira que expressam o projeto democrático-popular definido pelo 5º Encontro Nacional do PT. Democratizar a vida econômica e social; democratizar o Estado; acabar com a miséria e as desigualdades regionais e estabelecer a soberania e a independência nacionais são as linhas mestras deste programa que deve precisar claramente o que cada setor da sociedade pode esperar do governo do PT."

Os trabalhadores e demais setores desfavorecidos da sociedade, da cidade e do campo, devem saber que serão os setores privilegiados durante o governo Lula. Os pequenos empresários e demais setores médios, em particular os pequenos produtores rurais, devem entender que serão beneficiados, enquanto a burguesia terá que curvar-se à evidência de que o PT não concorda em retornar o crescimento econômico às custas dos trabalhadores e do abandono da luta pelas transformações socialistas."

Ao mesmo tempo que se ancora num PAG de mudanças, mesmo nos limites do capitalismo, a candidatura de Lula reafirma seu perfil socialista, seu caráter moderno, crítico, de uma nova classe trabalhadora carregada de esperança nas transformações socialistas."

O PT deve enfrentar o debate em torno do socialismo de forma ofensiva, evitando fugir da questão. O Partido visa construir o socialismo, mas o caminho dessa construção passa pela luta de consolidação da democracia, de realização de reformas que acumulem forças no rumo do socialismo e de combate permanente ao capitalismo. Em outras palavras, nosso PAG não contém qualquer medida de reforço do capitalismo ou que seja incompatível com o socialismo, enquanto busca afirmar e ampliar os caminhos democráticos, através da luta social, como questão essencial para o socialismo."

paço da legalidade, cada ponto de apoio institucional para ir fortalecendo as bases de um novo poder popular e ir lançando as bases de um crescente controle social sobre a economia.

Uma tática e um programa

A campanha de Lula à presidência tem de preparar a consciência das massas para fazer frente ao poder desestabilizador dos grandes capitalistas caso vença as eleições.

Isso é contraproducente do ponto de vista eleitoral? Estreita e limita a candidatura "democrático-popular"? Nada mais falso: nunca na história do país tivemos um sentimento antielite, anticorrupção, antiprivilégios, antiimpunidade, tão disseminado. A campanha do PT tem o dever de sintonizar-se com



este sentimento e desenvolvê-lo do ponto de vista classista.

A mesma idéia deve estar refletida na construção do programa. Poderíamos resumir cinco eixos básicos para a construção da candidatura do partido:

1) Democratização radical do Estado e criação de uma legitimidade para a criação de um poder popular:

- ampla reforma administrativa com o combate aberto à corrupção, às mordomias, aos privilégios, aos fisiologismos;

- controle social e democratização das Forças Armadas;

- ampliação das liberdades democráticas, inclusive ao nível dos locais de trabalho;

- controle social dos meios de comunicação;

- política agressiva de direitos humanos, com ampla reestruturação do sistema policial e penitenciário;

- reforma eleitoral e mudança da organização do Legislativo (proporcionalidade eleitoral, sistema unicameral etc);

- marcação de uma referendo constitucional sobre a reorganização do poder estatal.

2) Construção das condições para orientar a economia rumo ao atendimento das necessidades da maioria da população:

- não pagamento da dívida externa e negociação da dívida interna;

- reforma agrária;

- um programa especial para fazer frente à calamidade social no nordeste;

- reforma tributária;

- criação progressiva de um setor de controle social dominante na economia: estatização do sistema financeiro, do comércio exterior, controle dos preços de monopólio etc.

3) Reconstrução da intervenção do Estado no campo social:

Uma política para a educação, a saúde, a habitação, a Previdência Social e os desempregados.

4) Uma política de combate a toda forma de opressão e discriminação: um programa para as mulheres, contra o racismo, em favor dos índios, além das grandes linhas de um programa ecológico.

5) Uma política internacional antiimperialista, articulado tanto ao nível da dívida externa como no estreitamento das relações com a luta dos povos oprimidos de todo o mundo.

O Estado, a democracia

Entramos em um período em que é a direção da sociedade e o problema do poder que estão, ao final, em jogo. O PT tem de atualizar profundamente o seu programa e os seus métodos de trabalho.

Juarez Guimarães

As próximas convenções do PT serão marcadas pelo esforço de elaborar respostas para a nova situação política do país após as eleições de 1988.

A construção do PT no próximo período está ligada a três grandes temas: a campanha presidencial; as administrações petistas; o aprofundamento da crise econômica e a luta dos trabalhadores contra o "Plano Verão". É cada vez menos possível dar uma resposta a qualquer um destes temas sem uma avaliação global da situação da luta de classes no país e para onde ela se move.

Uma crise nacional

Para pensar as nossas tarefas no período atual é preciso usar o conceito de **crise nacional**. Este conceito foi desenvolvido por Lenin em sua polêmica com os setores esquerdistas da III Internacional no início dos anos vinte para caracterizar corretamente as possibilidades de uma situação revolucionária.

Por que falamos hoje de uma crise nacional?

Em primeiro lugar, porque é uma crise global, isto é, combina o início de uma crise de regime com um impasse no padrão de acumulação capitalista. Essa dinâmica gera, por sua vez, uma crise dos valores das classes dominantes, isto é, **uma crise de hegemonia política**.

Em segundo lugar, porque é uma crise estrutural. Ela não é motivada por razões momentâneas ou conjunturais, mas, antes, por uma acumulação de processos econômicos e políticos que vêm se desenvolvendo há longos anos. A evidência de que há um impasse no padrão de acumulação capitalista no Brasil está expressa na queda brutal de crescimento da economia brasileira na década de oitenta. A incapacidade das classes dominantes estabilizarem um regime político perpassa os anos da crise da ditadura militar e toda a experiência da "Nova República".

Em terceiro lugar, porque ela exige, para ser superada, um forte e generalizado deslocamento da correlação de forças em favor da burguesia ou do proletariado. O grau de organização sindical dos trabalhadores já é suficiente para barrar iniciativas burguesas decisivas, como o pacto social. O grau de organização política dos trabalhadores é bastante para começar uma disputa pela hegemonia política.

Enfim, a crise tem uma dimensão internacional clara. Relaciona-se com a crise geral do imperialismo. Insere-se no quadro de instabilidade política generalizada na maioria dos países da América do Sul e de avanço da revolução na América Central.

A dimensão internacional está no centro da crise: é inegável a centralidade do problema da dívida externa, que se relaciona com o caráter dependente



O gênio do carnavalesco expõe a crise nacional

do capitalismo brasileiro, apesar de seus enormes avanços técnicos.

A importância de um conceito

A idéia de que estamos vivendo uma **crise nacional** é importante porque dá uma dimensão da amplitude das tarefas e desafios que estão pela frente: **é a direção da sociedade e o problema do poder que estão, ao final, em jogo**.

A idéia esclarece que estamos diante de anos de grandes enfrentamentos de classe, de instabilidade institucional e forte tensão política e que, portanto, temos de atualizar profundamente o nosso programa e os nossos métodos de trabalho.

Explica que, em função da fragilização do campo burguês e da maior capacidade de iniciativa dos trabalhadores, há uma tendência a uma aceleração dos ritmos da luta de classes e deslocamentos mais rápidos da correlação de forças.

O conceito de **crise nacional** cria um espaço teórico suficientemente amplo para abarcar desde questões programáticas e estratégicas até desafios táticos, necessários para evitar impressionismos esquerdistas e desvios de adaptação à institucionalização que rondam o movimento operário em tais situações.

Uma crise na história

Neste século, tivemos no Brasil duas situações de crise nacional: aquela que se resolveu com a chamada "revolução de 30" e a outra que se fechou com o golpe militar de 64.

A primeira delas foi marcada pela combinação da crise do Estado dominado pelas oligarquias regionais e por um impasse no modelo econômico agroexportador. Foi resolvida por uma

reorganização do aparelho estatal que expressava uma nova hegemonia no interior das classes dominantes. Nela, o proletariado e os setores populares participaram de forma marginal e sem expressão própria.

A crise que se fechou com o golpe militar de 64 foi marcada por uma forte derrota do movimento operário e popular e pela constituição de uma clara hegemonia do grande capital nacional e internacional no seio das classes dominantes. Em um momento de expansão do sistema capitalista internacional, o golpe de 64 formou as condições para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo monopolista, fortemente internacionalizado, no país. Nesta crise, os trabalhadores e os setores populares estiveram no centro dos embates mas sem serem portadores de um projeto político independente e próprio.

Diferentemente de 30 a 64, o proletariado e os setores populares disputam hoje a saída da crise e — o que é decisivo — com um projeto político e independente.

Esta presença central expressa, sem dúvida, o sentido mais profundo da crise em curso. Ela combina uma pressão **classista** sobre os lucros do capital monopolista com uma pressão **democrática** sobre o controle autoritário do Estado e tem um potencial de desenvolvimento nitidamente **antiimperialista**.

Ela é, sem dúvida, a crise nacional de resolução mais difícil e mais complexa da história do país.

Governo, Regime e Estado

Exatamente por esta complexidade é que nós, marxistas, temos que fazer bem a diferença do que é uma crise de governo, de regime e de Estado.

Uma crise de governo tem o sentido preciso de ser uma crise de **direção** do Estado por uma força burguesa ou um sistema aliado de forças burguesas. Ela pode se resolver simplesmente pela substituição por uma outra força ou coalizão de forças burguesas. No regime parlamentarista que encontramos em vários países europeus, por exemplo, isto é freqüente.

Uma crise de regime político expressa algo mais profundo. Significa que as classes dominantes se sentem **potencialmente** ameaçadas em seus centros de poder no interior das leis e instituições vigentes. Daí que elas necessitem alterar as leis e instituições como forma de manter e desenvolver o seu domínio político e econômico. Os golpes militares na América Latina são exemplos freqüentes de como estas crises de regime são resolvidas.

Uma crise de Estado ou **uma crise revolucionária** é algo ainda mais decisivo: aqui estão em xeque os próprios centros de dominação econômica e política da burguesia. Em geral estas crises revolucionárias se expressam pelo choque entre o poder burguês ameaçado — inclusive no seu núcleo mais duro, a força militar — e o poder dos trabalhadores que está emergindo. São, por isso, situações claras de dualidade de poderes.

Aqui e agora

Na edição passada, caracterizamos a situação atual como sendo a de uma **crise de governo** combinada com o **início de uma crise de regime**. Isto é: à manifesta deterioração da capacidade de governo de Sarney soma-se agora o risco potencial de uma perda do controle institucional pelas classes dominantes.

e a revolução

Dissemos também que a evolução desta crise deveria ser vista, no plano imediato, em função do resultado das eleições presidenciais.

Uma vitória de uma força no espectro da Aliança Democrática significaria que as classes dominantes ganhariam um fôlego importante para procurar estabilizar o controle institucional e uma política econômica anti-popular. Esta eventual vitória eleitoral não significaria por si só a reunião de condições para superar a crise nacional mas daria às classes dominantes melhores condições pra enfrentá-la.

Uma vitória do PSDB ou do PDT teria que ser pensada em duas possibilidades: em polarização com uma força da Aliança Democrática ou com o PT. O caráter do governo variaria em uma ou outra situação. De qualquer forma, seriam governos com grandes dificuldades ou por não representarem organicamente o grande capital ou por entrarem em rota de colisão com as promessas eleitorais que fizeram para vencer as eleições.

Uma vitória do PT significaria imediatamente o aprofundamento da crise do regime. Ela não geraria por si só e automaticamente uma crise revolucionária: como dissemos para que esta exista é preciso que haja um processo de constituição do poder dos trabalhadores. A presença do PT no governo, no entanto, criaria uma dinâmica inevitável de desestabilização do Estado burguês, gerando uma aceleração da luta de classes que poderia evoluir para uma crise revolucionária.

De toda forma, é difícil que o PT não obtenha no mínimo uma votação eleitoral bastante expressiva, aumentando a sua força e influência. E a tendência, portanto, em qualquer das hipóteses, é de radicalização da luta de classes.

A atualidade de um debate

O movimento operário só tem a ganhar se conjuga um exame realista da situação política com o máximo de criatividade em relação às suas próprias debilidades. Há um jogo perverso entre as ilusões institucionalistas — a de que, por exemplo, um governo do PT poderia se instalar na presidência da República sem grandes traumas — e a condescendência com as nossas fraquezas. Nos momentos decisivos — em que os dias valem por meses e os meses valem por anos — estas ilusões e fraquezas são cobradas sempre de maneira trágica.

Se queremos e lutamos pela vitória de Lula nas eleições presidenciais é preciso que nos preparemos para isso com responsabilidade e consequência, sob o risco de navegarmos eufóricos para um grande naufrágio.

Estado burguês e poder popular

Com a nova situação política criada no país as resoluções do V Encontro são claramente insuficientes. O partido precisa clarificar e desenvolver várias das teses aí contidas. O PT precisa de um grande avanço programático.

O primeiro avanço programático que o PT precisa desenvolver é a crítica

sistematizada do Estado burguês. Partimos da grande tradição teórica do marxismo, sintetizada por Marx em **A guerra civil na França** (após a experiência da Comuna de Paris), retomada por Lenin em **O Estado e a Revolução** e pelas resoluções dos primeiros congressos da III Internacional, apreendida também tragicamente pelo balanço da experiência da Unidade Popular chilena: **a construção do socialismo exige a destruição do Estado burguês e não apenas uma alteração da correlação de forças no interior de suas instituições.**

Se o conceito de independência de classe foi fundamental até agora no desenvolvimento do PT, a crítica radical ao Estado burguês passa a ser decisiva.

O segundo avanço programático é a definição prática e contextualizada dos princípios de organização do poder dos trabalhadores, do poder popular, que queremos construir. Há aí várias questões-chaves: o problema da democracia como condição para a construção do socialismo; a relação entre democracia direta e democracia representativa no poder popular; a relação entre a construção da democracia e o controle so-

ta é uma questão chave que condicionará a capacidade do partido construir um projeto ao mesmo tempo revolucionário e de massas.

É preciso lembrar rapidamente o quanto as vanguardas hegemônicas no movimento operário, nas várias épocas, erraram neste campo. Do anarquismo ao putchismo dos revolucionários em 1935. A rendição do PCB aos liberais na Constituinte de 1946. Em 1964, a esquerda encerrada nos limites do projeto populista, subordinando o movimento operário à institucionalidade burguesa e abrindo o flanco pelo qual a direita organiza a nível de massas o apoio do golpe militar. Em 1968, no apelo decidido às armas ao invés de radicalizar a luta da massas no terreno das liberdades democráticas. No período recente — a campanha pelas diretas, o Congresso Constituinte — no qual foram reveladas as insuficiências do programa do PT.

Agora, temos todas as condições favoráveis para encontrar o caminho por onde passa a construção da hegemonia: independência de classe, inserção de massas, força das idéias socialistas



A vertigem da estrela: para onde vamos?

cial da economia; o problema do controle social sobre as forças armadas.

Relacionado com estes dois avanços, um terceiro que deles decorre: **como integrar o avanço do movimento operário sobre as instituições do Estado burguês — parlamento, prefeituras, governos estaduais e federal — em uma estratégia de massas para quebrar e desestruturar o Estado burguês?**

Hegemonia na luta democrática

Sem estes avanços programáticos, o PT não conseguirá travar com sucesso o grande embate — de ideologias, de projetos, de choques de força — sobre o problema da democracia no país. Es-

no movimento operário. Voltar ao terreno fértil e radical do velho Marx: a luta pela revolução é a luta pela autodeterminação social, é a luta contra o Estado burguês e o capital, é a luta pela democracia!

A campanha de Lula

O problema da democracia deve estar no centro da campanha de Lula. Temos de alertar claramente os trabalhadores que as classes dominantes reagirão por todos os meios ao avanço eleitoral do PT para defender seus privilégios políticos e econômicos.

Essa compreensão deve se expressar em quatro iniciativas:

— a necessidade de uma ampla mobilização social para defender a posse e o mandato;

— postura desde já ofensiva em relação à questão militar, com a exigência de democratização e controle social sobre as Forças Armadas;

— procurar isolar setores do espectro à direita da burguesia, exigindo o compromisso democrático das outras forças;

— iniciativas de diplomacia internacional, no sentido de inviabilizar fraudes.

O movimento sindical e a crise

Esta visão sobre a crise nacional e a centralidade da luta pela hegemonia no campo democrático serve para iluminar a raiz das dificuldades do movimento sindical em unificar nacionalmente as suas lutas nos anos recentes.

Enquanto o governo da “Nova República” politizou ao máximo o tratamento da economia o movimento operário vem se ressentindo ainda de fortes componentes economicistas e corporativos em sua ação.

A esta parafernália, a esta máquina monumental de engodo e exploração econômica, o movimento sindical tem respondido sempre com vagas grevistas setoriais, de resposta aos ataques que lhe são desferidos.

A grande mudança trazida pela nova conjuntura é a possibilidade de que o movimento sindical se unifique em torno de reivindicações não corporativas — isto é, que são nacionais, gerais — e se apresente como um interlocutor para o grande debate sobre a política econômica (deslocando as figuras grotescas como Luís Antônio que tem explorado ad nauseum este vazão). Esta plataforma nacional deve conter os elementos básicos do programa econômico do governo Lula à presidência da República, a começar pelo não pagamento da dívida externa.

Administrações petistas

Por fim, como o terceiro desafio presente — as administrações petistas — se vincula a toda esta problemática?

A política do PT para as administrações populares deve ter em vista que a principal conquista que elas podem gerar para os trabalhadores é a **desarticulação dos mecanismos de dominação do Estado a nível municipal o incentivo à criação de formas de poder popular.**

Esta opção se opõe às visões que pretendam impor uma dinâmica gerencial ou de um “reformismo comportado” às administrações. O grau de democracia que se possa constituir a nível municipal determina inclusive o âmbito de reformas possível (na melhoria dos transportes, habitação, inversão dos investimentos públicos priorizando necessidades das populações carentes).

E mais importante: estabelece um elo indissolúvel e profundo com a dinâmica da luta nacional do partido. O êxito das administrações municipais influi fortemente na votação de Lula à presidência; a mudança da correlação de forças nos grandes centros urbanos puxa a correlação de forças a nível nacional.

O verão quente da greve geral

Américo Bernardes

O movimento sindical começa a preparar a primeira ofensiva global ao Plano Verão. Numa reunião conjunta da CUT com a CGT, realizada em Brasília no último dia 13 de fevereiro, foi marcada a data da greve geral para os dias 14 e 15 de março. Nesta reunião também foi aprovada a constituição de um Comando Nacional da greve, composto por sete representantes de cada central.

A greve está sendo convocada tendo como centro a luta contra o Plano Verão e o arrocho salarial. Foi decidido que o Comando não encaminhará suas reivindicações ao Executivo. As negociações e encaminhamentos do Comando serão feitos diretamente com o Congresso Nacional.

Um dos problemas que ainda está por ser resolvido é a clarificação do eixo da greve. A clareza de um eixo — ligado principalmente à questão da reposição das perdas (como por exemplo um índice unificado) e à política salarial, é fator importante para que os trabalhadores compreendam as razões da greve e se engajem massivamente no processo de preparação.

A seguir, apresentamos uma entrevista com o companheiro Gerson de Almeida Silva, presidente da Fittel (Federação Interestadual dos Telefônicos) e membro da Executiva Nacional da CUT. Nesta entrevista, a partir de um balanço das últimas mobilizações nacionais, Gerson enfatiza as possibilidades de vitória desta greve, debatendo algumas questões importantes deste processo.

— **Após a experiência frustrada da última greve geral de agosto de 1987, a CUT junto com a CGT estão convocando uma nova greve geral para 14/15 de março. Por que você avalia que agora pode dar certo?**

Gerson — É importante colocar que há duas diferenças entre o processo de 1987 e o de agora. O plano Bresser foi decretado em maio de 1987 e houve uma manifestação geral de desacordo e insatisfação. Contudo, a proposta unificada de greve geral só pôde ser marcada para agosto, três meses depois do plano e num processo difícil. Durante aquele período foram marcadas e desmarcadas três datas, o que semeou uma tremenda desconfiança e insegurança sobre as possibilidades da greve. Outra questão é o fato de que o plano Bresser retirou um mecanismo de reposição salarial — o gatilho —, mas introduziu outro mecanismo — a URP. Agora, o “novo” plano verão é descaradamente arrochante. Retira qualquer mecanismo de reposição e o governo diz cinicamente aos trabalhadores que eles poderão discutir com os patrões as propostas de reposição.

O que a gente vê agora é um governo completamente desacreditado e um plano que não consegue emplacar no primeiro mês. De outro lado, o fato de já sairmos com uma proposta de marcação unificada da data e com condições de aprofundar as mobilizações criam condições muito favoráveis para termos uma greve vitoriosa.

— **A política econômica do governo tem sido enrijecida a cada plano econômico. Se no Cruzado I se falava em plano heterodoxo este é claramente ortodoxo. Vocês avaliam que esta greve**



poderá obter alguma conquista ou ela deve se inserir em um processo mais amplo de acúmulo de forças?

Gerson — a compreensão que estamos trabalhando é de que esta greve geral deve estar inserida num conjunto mais amplo de mobilizações e lutas no sentido não só de tentar recuperar as perdas do último período, mas também no sentido de conseguir conquistas mais duradouras para os trabalhadores. Não adianta a gente ficar lutando a cada mês para repor perdas sem lutar para mudar a política econômica que visa o pagamento da dívida externa, sem lutar por uma política salarial que contenha mecanismos de recomposição das perdas, garantidas de liberdade de negociação, unificação das datas-base, recomposição do poder de compra do salário-mínimo.

Enfim, esta luta mais geral tem que ter por objetivo garantir conquistas realmente efetivas e aí se insere inclusive a luta pelo fim deste governo da “Nova República”. É muito difícil falar em conquistas efetivas se a gente não leva em conta a necessidade de mudar este governo.

Isto não pode significar que a gente tenha um processo de greve geral praticamente de propaganda de bandeiras gerais. As mobilizações para esta greve geral têm que se dar em cima de um centro muito claro e unificado. Se a gente começa com uma confusão em torno de por que estamos fazendo a greve, ela acaba não dando certo. A CUT e o comando unificado terão que resolver este problema rapidamente.

— **Antes da marcação da data da greve geral, logo que saiu o Plano Verão, o “sindicalismo de negócios” abriu uma rápida ofensiva contra o plano, chegando a colocar-se inclusive contra negociações com o governo. Como é que está a situação agora?**

Gerson — O que havia era um forte esquema montado pelo governo, com amplo apoio de imprensa durante a proposta do pacto social. Tentava-se passar a idéia de que a CUT estava ficando isolada e que se confirmava a grande liderança sindical de Medeiros e outros. Nossa avaliação, que se mostrou correta, era de que aquele pacto não se sustentaria e de que o governo partiria para outra. Quando o PT ganha as eleições em novembro em muitos municípios importantes, Medeiros já saiu dizendo que o pacto estava morto. Quando o governo lança o Plano Verão, Medeiros saiu tentando juntar os cacos de sua liderança, buscando construir uma resposta radical. Dois dias depois, ele já muda de discurso, e começa a conciliar com a nova ministra e hoje está bem apagado.

Outra questão que deve ser ressaltada é que esta greve está sendo convocada pelas duas centrais. Não tem mais aquela coisa de um comando confuso, inchado por confederações que sempre puxaram para trás, sem uma demarcação clara. O comando atual é formado por sete representantes de cada central, indicados por elas. Desta forma, a CUT tem uma grande responsabilidade pois é basicamente a partir das estruturas das centrais que o processo de mobilização será levado adiante.

Um ponto novo que surge neste período é a construção da chamada “Corrente classista”, basicamente uma corrente sindical animada pelo PC do B e que surgiu quando houve um golpe na CGT por parte de Medeiros e Magri. É hora de uma forte ofensiva da CUT para mostrar às bases desta “Corrente classista” que a proposta de construir uma direção nacional para o movimento sindical brasileiro passa pela construção da CUT.

— **Finalmente, a relação com o PT. Qual deve ser o papel das administrações petistas na preparação desta greve?**

Gerson — Este é um dos momentos em que as administrações petistas podem demonstrar na prática a sua identidade com um projeto claramente voltado para os interesses populares. Os prefeitos, secretários etc., todos os companheiros que têm posto de destaque devem declarar-se favoráveis à greve, colocar sua autoridade a favor da greve. É evidente que as prefeituras não devem reprimir os funcionários que manifestem a sua disposição de participar da greve. Inclusive porque o plano corta investimentos em setores essenciais para a população, ampliando as dificuldades de uma administração popular.

O calendário da greve geral

- 22/23 de fev — Reunião da Direção Nacional da CUT
 - 27 de fev. — Reunião com partidos e entidades nacionais em São Paulo para reforçar e ampliar a preparação da greve geral.
 - 1º de março — Dia de mobilização Nacional para a greve geral
 - 14/15 de março — Data da greve geral
 - 16 de março — Avaliação da greve geral e marcação dos próximos passos
- Reuniões setoriais já marcadas
- 22 de fev. — Reunião de dirigentes sindicais de transportes terrestres (departamento Nacional da CUT e Confederação dos transportes terrestres)
 - 3 de março — Plenária nacional de servidores públicos federais e de estatais

O PT no governo de São Paulo

As lições dos primeiros dias

Já é possível identificar os nós que é preciso desatar para o partido passar à ofensiva na administração da maior cidade do país.

José Corrêa

As primeiras seis semanas do PT à frente da prefeitura de São Paulo podem ser descritas, utilizando-se uma analogia com o pensamento militar, como de ocupação de um território conquistado, de sua defesa contra operações de fustigamento e guerrilha pelos adversários que ainda recuam. A posição da nova administração foi coerente com essa situação: reconhecimento do novo terreno, fortalecimento de posições-chaves que permitem o controle do território, recusa a qualquer enfrentamento maior que pudesse ser evitado. Em suma, de prudência.

Um balanço positivo

Estamos superando um primeiro momento da administração, onde a burguesia e a grande imprensa estavam à espera de que se produzissem episódios que pudessem ser utilizados para provocar um rápido desgaste da equipe de governo petista (paralisação de serviços essenciais ou greve do funcionalismo, por exemplo). Na ausência destes episódios, outros temas acabaram sendo destacados como os ambulantes ou o pretense nepotismo representado pela contratação de parentes de figuras de proa da administração. Além de um problema emergencial (e insolúvel no quadro atual), o da moradia, que se destacou através das ocupações.

Isso já permite a retirada de uma lição duradoura para o nosso partido: vai continuar a existir um enorme grau de exposição pública dos membros da administração e do partido, com a grande imprensa aproveitando cada oportunidade para desgastar o PT.

Tememos por isso que ter uma política muito mais responsável de relacionamento com a grande imprensa e não fazer dela um espaço de propagação das diferentes posições políticas existentes no partido. Tememos que construir, com urgência, os meios de comunicação necessários para socializar as informações e unificar o entendimento político dos militantes do partido e para transmitir nossa visão do que está

ocorrendo sem deformações.

A prudência deste primeiro momento foi condicionada também pela absoluta falta de recursos da prefeitura e pelo grau de dilapidação da administração promovido pelo governo Jânio.

Essa situação fez com que tivéssemos que estabelecer acordos, em uma relação de forças desfavorável, com empresas particulares de ônibus e coleta de lixo, o que em alguns casos implicou com certo ônus político (como o caso do aumento da tarifa do ônibus para NCz\$ 0,17). A constituição de um mínimo de reserva de caixa e a organização do apoio popular às medidas de confronto com setores do capital devem, rapidamente, nos colocar em situação mais favorável para enfrentar estes tipos de problemas. Mas, de imediato, já está se colocando a necessidade de reestruturarmos aspectos de alguns serviços, definindo um enfoque diferente, não somente orçamentário, dos problemas (como, por exemplo, a adoção da tarifa social no transporte urbano).

Finalmente, era necessário que a administração pudesse tomar pé da situação e adquirir um controle real dos centros de decisão e execução mais importantes da máquina administrativa e começar a definir uma nova sistemática de funcionamento da administração.

A prudência era, assim, a única postura possível, particularmente devido à inexperiência do PT na ocupação de postos no executivo. E dentro desta ótica foram tomadas também uma série de medidas não destacadas pela imprensa, mas importantes (como a reintegração dos funcionários demitidos por Jânio e o início de implementação de uma política de democratização e participação popular).

Enormes possibilidades

Começamos a ter uma percepção bem mais concreta das possibilidades que se colocam para disputar uma base social qualitativamente maior do que a que o PT dispunha até agora. Passamos a nos relacionar com segmentos da população com os quais o partido até agora quase não tinha contato político.

Assim, os setores cuja atividade é diretamente regulamentada pela prefeitura até hoje foram base de sustentação e clientela da direita. Ambulantes, taxistas e membros de escolas de samba estão exigindo grande dispêndio de energia e atenção, como amanhã podem acontecer com os feirantes ou pequenos comerciantes.

Já o problema dos sem teto, da moradia, não tem uma solução no âmbito municipal, mas temos que apontar uma perspectiva muito clara para a situação das centenas de milhares de famílias que se enfrentam com esta questão. Isso implica em demonstrar concretamente que vamos satisfazer suas aspirações no que nos for possível e direcionarmos suas lutas contra os verdadeiros responsáveis pelo déficit de moradias.

Máquina inútil

Estamos podendo dimensionar melhor o que significa dirigir uma parcela do aparelho de Estado, máquina que foi montada para reproduzir a dominação de classe da burguesia e a lógica da acumulação de capital. A pressão da burguesia não tem necessariamente que se expressar em boicote ou confronto aberto para ser efetiva. Ela tende a se manifestar, neste momento, através da manutenção da atual e precária estrutura de serviços à população trabalhadora e da defesa da aplicação dos critérios de rentabilidade capitalistas na prestação destes serviços.

Quando aumentamos as tarifas dos ônibus não só para evitar um confronto com os proprietários de ônibus, mas também para evitar aumentar o déficit da CMTC, estamos aplicando a mesma política antipopular aplicada pela burguesia, estamos aprisionados na lógica de reprodução de capitais no que toca ao espaço da administração municipal.

A ruptura dessa lógica somente é possível como parte de uma política de conjunto que afeta todas as dimensões da administração e da relação dela com a população. Inversão de prioridades, mas também renegociação das dívidas, pressão sobre os credores e novas fontes de recursos. Intensa mobilização e participação popular, mas em sintonia com



uma máquina administrativa bastante diferente da que temos.

O resultado será uma forte tensão social e luta política acirrada, em intensa mobilização popular contra os governos estadual e federal encabeçada pela administração. Esse é o único caminho possível para não frustrarmos as expectativas de mudança daqueles que nos apoiaram no processo eleitoral.

Passar à ofensiva

Aplicar o programa do PT na administração exige que alteremos a lógica atual que organiza a estruturação e funcionamento das prefeituras. Os problemas para isso são muitos, mas começam pelo fato do partido não ter até agora conseguido formular uma política de administração: elaboramos políticas setoriais, propostas para educação, saúde, transportes etc., mas não uma concepção integrada que articulasse todos estes aspectos e os integrasse com outras dimensões, como a reforma administrativa, a participação popular, a comunicação social.

É indispensável que saíamos da atual postura defensiva e iniciemos uma ofensiva à frente da administração. Mas isso implica em alguns pré-requisitos:

— o estabelecimento de metas concretas, compatíveis e integradas entre si, que vamos efetivamente tentar implementar, acompanhadas de definição de etapas, prazos, recurso etc.;

— um controle efetivo da máquina administrativa, com unidade de direção, de forma a reestruturá-la, reorientar seu funcionamento em função dos interesses dos trabalhadores. Isso implica em uma reforma administrativa que terá que ser realizada bem mais rápido do que parecia à primeira vista, em particular no aspecto da descentralização, na sua democratização, no estabelecimento de canais de participação popular e de outras normas de gestão pública, na substituição do pessoal que não possa ser reciclado;

— a constituição de uma base de apoio político e social de massa organizada para respaldar estas iniciativas, o que remete para a participação do governo municipal na luta política geral dos trabalhadores e o enfrentamento com o governo central, de um lado, e o processo de formação dos conselhos populares, de outro;

— e, principalmente, o estabelecimento de uma relação adequada do partido com a administração, de interação frutífera no enfrentamento dos diferentes problemas que estão surgindo.



Conselhos populares e luta pelo socialismo

Contra a lógica populista, socialdemocrata ou burocrática, precisamos entender os conselhos populares como embriões de um novo poder popular.

A questão de maior alcance estratégico colocada pela nova situação que se criou com a vitória eleitoral do PT é a da formação dos conselhos populares.

O movimento popular urbano deve se constituir, pelas características de nossa sociedade, em um dos setores fundamentais de organização do campo popular no Brasil, ao lado do movimento sindical e do movimento dos trabalhadores rurais. Parte importante da população pobre das cidades não está integrada no mercado formal de trabalho e somente pode ser engajada na luta política a partir da mobilização por melhores condições de vida e da sua organização nos bairros em que moram nos grandes aglomerados urbanos.

Na última década, formaram-se no Brasil o PT, a CUT, importantes movimentos de massa no campo. Mas o movimento popular urbano das grandes cidades não avançou e, em muitos casos, recuou do estágio em que se encontrava no final dos anos 70. Fragmentado, setorizado e regionalizado, despolitizado, ele é um dos terrenos mais importantes de organização do apoio dos partidos burgueses. Um avanço significativo na organização independente da população pobre da cidade sob a direção do PT será decisivo para estabelecer uma correlação de força social qualitativamente superior à atual em benefício dos trabalhadores.

Isso pode ficar mais claro se tomarmos o exemplo da situação atual em São Paulo.

Quebrar o clientelismo

Travamos um embate frontal e global com toda a estrutura de organização da direita no espaço urbano, com os esquemas de clientela de seus partidos, com os clãs que sobrevivem à sombra do aparato de Estado municipal e da corrupção que aí viceja (sobre-

vive, intacto, todo o esquema de clientela ligado ao governo estadual e federal, ao aparato policial-militar e aos esquemas de contravenção).

Depois da vitória de Luiza Erundina, a eleição de Eduardo Suplicy para presidência da mesa diretora da Câmara Municipal e o início do combate pela reforma de sua estrutura representou um golpe importante em um pólo de centralização da relação da burguesia com suas bases de massa na cidade (o outro era a própria Prefeitura). Mas esta estrutura ainda continua intacta em seus prolongamentos, espalhando-se capilarmente por todos os bairros da cidade, nas entidades de moradores, associações culturais e esportivas etc. Os administradores regionais já estão tendo que lidar diretamente com esta realidade.

Desestruturar o máximo possível esta rede de organizações e relações econômicas e políticas que reproduzem a dominação burguesa nos bairros populares, distanciar sua base de massa dos cabos eleitorais e representantes das lideranças conservadoras e reorganizá-los sob outra hegemonia, em bases classistas, é a disputa difícil mas absolutamente decisiva em que temos agora que nos embrenhar, através da formação dos conselhos populares. Sua constituição certamente implicará numa reorganização do conjunto das relações políticas desenvolvidas cotidianamente pela população da cidade e pode representar o deslocamento de importantes setores de massa para o campo popular, para a esfera da organização independente dos trabalhadores sob a direção do PT.

Centro de gravidade

O avanço obtido pelo PT na esfera institucional com os resultados eleitorais (conquista de mandatos) foi muito expressivo. Mas traz o risco de transformar a atuação institucional no eixo

de gravidade da atividade do partido. Ora, esse avanço deve encontrar uma correspondência no plano da organização independente dos trabalhadores, da atividade autônoma de massa, da auto-organização popular.

Este reequilíbrio da atividade partidária deve ser buscado, através de seu deslocamento em direção da atividade popular autônoma, também por uma consideração de ordem estratégica. A luta dos trabalhadores pelo poder no Brasil parece estar delineando um caminho onde ela se colocará como fruto de dois aspectos qualitativamente distintos, ainda que inter-relacionados.

De um lado, temos a disputa e a conquista de posições dentro da institucionalidade vigente, através de mandatos tanto parlamentares como executivos (governos nos diferentes planos, do municipal ao federal), o controle de parcelas ou esferas, ainda que limitadas, do aparelho de Estado burguês. Sabemos que conquistar governos não é conquistar o poder, mesmo no plano federal, mas isso pode colocar os trabalhadores em melhores condições para travar esta disputa.

De outro lado, temos a constituição de formas de poder popular, de organização de massa, de luta e unitárias dos trabalhadores e de todos os oprimidos, baseadas na democracia direta, em diferentes esferas, nos locais de trabalho, nos locais de moradia, no campo. Estas organizações, apesar de serem criadas agora com objetivo de ser instrumentos de luta por reivindicações imediatas, poderão à medida em que a luta social e política se acirra, desenvolver este caráter de órgãos de poder que lhe é característico, caráter que só se manifestará plenamente em outra situação política e correlação de forças (criando, neste momento, uma dualidade de poderes com as instituições de dominação de classe burguesa).

Assim, avançar apenas no terreno institucional, significa não preparar os trabalhadores para a situação, decisiva para os que lutam pelo socialismo, de disputa do poder. A melhor forma de construir as condições para fazer face a este desafio é desde já impulsionarmos a organização independente de massa mais ampla e avançada possível em cada etapa.

Democracia operária

A participação popular sempre foi um dos eixos do programa do PT. Discute-se agora desta ser a grande marca imprimida pela administração do PT na Prefeitura de São Paulo. Mas ela deve ser qualificada com precisão. Pode ter o caráter de participação em instâncias ou canais da administração, em conselhos ou comissões visando democratizar mais a gestão do aparelho de Estado, socializar informações, permitindo um maior controle e interferência dos funcionários públicos e da população envolvida sobre os serviços que lhes dizem respeito. Esta participação institucionalizada não preserva, entretanto, a autonomia daqueles que nela se envolvem frente ao Estado.

Na cidade de São Paulo tivemos uma experiência bastante negativa para os movimentos no governo Covas, que cooptou e integrou na sua administração, através de diferentes tipos de conselhos, grande parte do movimento popular, retirando-lhes inclusive condições de resistirem depois às iniciativas do governo Jânio.

Essa participação só tem sentido duradouro dentro de uma perspectiva socialista se articulada a outra forma de participação política do povo trabalhador, a que se desenvolve em organizações de massas e de luta independentes, expressão de auto-organização popular. Somente assim o avanço na mobilização poderá expressar-se com toda sua energia e autenticidade, construindo elementos de base de uma nova institucionalidade, de uma democracia socialista.

A formação e desenvolvimento de conselhos populares autônomos, como eixo da participação popular na administração petista, é a melhor garantia de que sua presença nos diferentes canais institucionais que a administração ofereça não significará a domesticação e integração dos movimentos populares.

Esta visão rompe com a lógica do populismo, que transforma o Estado em ativador da participação popular controlada nos canais que este oferece; da socialdemocracia que busca transformar o Estado, com o apoio popular, no instrumento privilegiado de reformas sociais e políticas nos marcos do capitalismo; e das concepções burocráticas que somente concebem a ação do movimento autônomo dos trabalhadores e sua auto-organização como dimensões secundárias e controlada da ação da vanguarda partidária.



Resolução sobre Conselhos Populares

O PT iniciou, na cidade de São Paulo, a elaboração de uma política visando começar a formar os Conselhos Populares. A resolução publicada abaixo foi aprovada por consenso pela Executiva Municipal, por delegação do Diretório.

Ela abre e organiza uma discussão que prosseguirá com três debates sobre temas relacionados com esta questão a serem realizados em abril, um seminário municipal sobre Conselhos Populares marcado para o dia 23 de abril e o Encontro Municipal de maio.

1. A questão dos Conselhos Populares ganhou grande atualidade com a vitória do PT em São Paulo. Multiplicaram-se as discussões e até iniciativas sobre a questão, exigindo orientação mínimas do Partido, que permitam tanto a intervenção unificada da militância como a organização e o aprofundamento da discussão. Este é o objetivo desta resolução.

2. A elaboração já acumulada pelo partido, integradas ao "Programa de Governo" do PT, parte da distinção entre as formas de organização autônomas, independentes do Estado e da máquina administrativa (que constituem o que normalmente chamamos de "movimento" ou "sociedade civil"), onde se coloca a questão dos Conselhos Populares, e a organização de canais institucionais de participação popular na Administração (como é o caso dos Conselhos de Saúde, Transportes, Comissões de Funcionários ou quaisquer outros mecanismos de democratização da estrutura do Estado no município).

3. Os Conselhos Populares são, portanto, órgãos independentes do Estado. Não são criados por secretarias, Administrações regionais ou por qualquer órgão da administração. Para poderem ser órgãos que cumpram a tarefa de organização ampla do povo trabalhador para travar suas lutas, devem ser unitários (deles participando todos os diretamente interessados, independente de partido, religião, etc) e ter um funcionamento democrático (baseado na participação direta dos envolvidos e respeitando o pluralismo de opiniões no seu interior). Isso significa que serão um espaço de discussão, organização e de luta política, cuja tarefa de impulsionar cabe prioritariamente ao partido e onde buscaremos conquistar e manter nossa hegemonia, enfrentando as

outras posições políticas existentes na sociedade.

4. Afirmar que não cabe à administração criar os Conselhos Populares, não significa que sua ação não seja decisiva para impulsionar o seu desenvolvimento, que a administração petista não tenha um papel ativo a desempenhar neste processo. Um aspecto importante para estimular a formação dos Conselhos com peso político e social é considerar que a administração petista municipal recebeu um mandato popular e deve introduzir, sem prejuízo de outras formas, um mecanismo de prestação de contas à população organizada nos Conselhos. Além disso, os conselhos devem ser o canal para a população discutir (e se posicionar) sobre os problemas da administração petista e esta deve reconhecer nos Conselhos um instrumento superior de qualificação das demandas populares, que por outras vias continuarão chegando à administração, estimulando entidades e movimentos a neles se integrem.

5. Os Conselhos Populares não podem ser criados por decreto, com base unicamente na vontade política das lideranças dos movimentos. Sua formação é condicionada pelo acúmulo de experiências de participação política dos trabalhadores, consciência e, principalmente, pelo grau de mobilização concretamente existentes. Entretanto, seu desenvolvimento é fundamental para que a administração municipal petista tenha sustentação popular organizada necessária para a implementação de nosso programa.

6. Os Conselhos Populares devem incorporar e unificar a atuação das lideranças e setores mobilizados da população, que hoje participam das sociedades de amigos de bairro e associações de moradores

combativas, das comunidades de base da Igreja, das entidades associativas do campo democrático e popular (tipo sub-sedes dos sindicatos, zonais da CUT, comitês de fábrica, associações esportivas e culturais, etc), segmentos das camadas médias que respeitem sua democracia interna e principalmente dos movimentos existentes. Deve também buscar, com base nas lutas que travar, ampliar ao máximo o nível de participação popular, trazer novos setores para a atuação política, incorporar setores não organizados e estruturar a organização popular no nível mais profundo possível em cada bairro.

7. Os Conselhos populares são formas de poder popular, baseada na democracia direta, visando à organização

combativas hoje travadas (por exemplo, habitação, transportes, saúde, etc) e a unificação das lutas populares;

b) — Constituição de novas referências políticas fora dos esquemas tradicionais e exteriores à institucionalidade vigente;

c) — Fiscalização e controle de ações da administração;

d) — Colaboração e pressão sobre uma administração popular (ou pressão/confronto com uma administração encabeçada por forças conservadoras);

e) — Participação em decisões na administração popular, num nível a ser estabelecido — resguardada sua completa independência e mantido seu caráter de uma esfera distinta da Prefeitura.

Naturalmente, o exercício



popular para a condução das lutas em diferentes âmbitos (municipal, estadual e nacional) e uma forma de representação política da população organizada: Eles podem e devem desempenhar diferentes funções:

a) — Impulso às lutas con-

dessas diferentes funções e o seu grau dependem de estágio de constituição do Conselhos Populares, de sua representatividade e da situação política mais geral (do grau de auto-organização dos trabalhadores e do estágio de democratização da sociedade). O grau de estru-

turação dos Conselhos tem que ser pensado nestes marcos concretos.

Os Conselhos Populares adotam posicionamentos sobre os diferentes temas e, portanto, são deliberativos. Outro problema é se a Administração Municipal petista acata as deliberações. Isso depende de toda uma série de fatores: da representatividade obtida pelos Conselhos, dos temas tratados, da coerência destas deliberações com as propostas do programa de governo do PT etc.

8. Por onde começar? As plenárias populares que realizamos em dezembro podem ser uma referência importante para pensar este problema. Podemos convocá-las por iniciativa do partido, com o objetivo de discutir uma pauta comum de temas de interesse decisivo para a população trabalhadora (o que não resolve o problema das importantes desigualdades de mobilização e representatividade dos movimentos organizados, que aí se expressam e que teremos que levar em conta).

Estas reuniões podem inclusive ter seu peso político fortalecido pela presença de pessoas expressivas da administração, e nelas serem formadas coordenações amplas e representativas (recomenda-se que se limite a presença de companheiros petistas envolvidos em cargos de destaque da administração), visando encaminhar as lutas e aprofundar a própria discussão dos Conselhos. Aí, pode ser desenvolvida a prática de prestação de contas periódica do mandato, permitindo que as plenárias populares venham a se afirmar como legítimos foruns de organização popular, autênticos Conselhos Populares.

É desaconselhável uma pulverização deste processo. Podemos realizar estas reuniões (que podemos considerar embriões dos futuros Conselhos) em número maior do que as plenárias de dezembro desde que isso não implique numa perda de densidade política e represente uma ampliação importante em termos de participação.

A realização destas plenárias vai implicar numa relação estreita com as administrações regionais, mas as definições sobre o âmbito territorial de abrangência de cada Conselho deve ser objeto de uma discussão mais profunda, tanto no partido como com os companheiros petistas na Administração. (...)

10 de fevereiro de 1989

Militância socialista em

Uma nova dimensão da ação política do povo brasileiro

Quando Chico Mendes foi assassinado, ele já tinha preparado e instruído o companheiro que iria ocupar seu posto à testa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no Acre. O militante marcado para morrer, antes de tudo, cuidou das providências e medidas para assegurar a continuação da luta. Este traço no perfil do combatente se destaca com mais vigor e tem uma expressão ainda mais marcante quando se localiza nas lonjuras da floresta amazônica.

A continuidade do combate de classe, a preservação do sindicato, a formação de novos dirigentes reproduzem, em plena selva tropical, as qualidades e o caráter dos operários revolucionários dos centros industriais. A experiência de combate que aquece a biografia de Chico Mendes desvenda uma nova dimensão do despertar político que põe em ação as camadas mais profundas, os segmentos mais esquecidos e distantes dos grandes centros de ação e iniciativa do povo brasileiro.

O sucessor de Chico Mendes, seu discípulo e companheiro Julio Barbosa de Aquino, falou ao **EM TEMPO** sobre essa experiência, seus projetos e esperanças. São palavras com o timbre duma componente ainda pouco conhecida e estudada da revolução brasileira. Informam sobre a criatividade dos militantes da floresta.

O companheiro Isaac Akcelrud anotou e editou as informações e o vivido relato de Julio Barbosa de Aquino.

O atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri denuncia a deformação (em vários casos intencional) da biografia de Chico Mendes, pintado como um romântico e ingênuo sindicalista caipira e um adocicado ecologista choramingando sobre o verde queimado.

— A imprensa como um todo, protesta Julio Barbosa, divulga uma ima-

gem muito estranha de Chico Mendes. Para se ter uma idéia, lembro que, quando Chico foi assassinado, as primeiras notícias diziam que ele morreu na casa dele em “sua fazenda”. Um modo de dizer que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais tinha uma fazenda, era um riqueza.

— Agora, o coro dos grandes jornais repete e insiste mil e uma vezes no retrato do “sindicalista e ecologista” Chico Mendes. Em momento algum disseram que a tocaia dos jagunços a mando do latifúndio abateu o fundador e presidente do Partido dos Trabalhadores no Acre, o militante da CUT Pela Base eleito para a direção nacional da Central Única dos Trabalhadores.

— Isto eu sempre cobre do Rio de Janeiro e de São Paulo. Reclamei a história do Chico na íntegra, como ela é, inteira e completa. Ele fundou o Sindicato, o PT, a CUT no Acre. Quer dizer, foi um construtor de todo o movimento popular no Estado.

Verde e reforma agrária

— O primeiro ecologista que apareceu morto no Brasil foi Chico Mendes, assinala Julio Barbosa. Em nosso país existem muitos ecologistas atuantes, falando e divulgando idéias em defesa do verde, do meio ambiente, condenando a poluição e assim por diante. Chico Mendes, como ecologista, foi muito mais longe. Era um ecologista que lutava pela reforma agrária para os seringueiros da Amazônia, para todos os trabalhadores rurais brasileiros. E mais do que isso: organizava a luta, dava animo ao povo, mostrava que era possível a gente vencer.

É isto que todos os ecologistas devem fazer. Não é só ir dizendo e repetindo que devemos preservar a floresta

amazônica. Isso é importante, sim. Estamos de acordo, sim. O mundo inteiro está de olho na floresta amazônica e diz que ela é o pulmão de nosso planeta. Consideramos que seja mesmo. A floresta amazônica é uma grande riqueza para este país. Mas só podem alimentar a esperança e ter a certeza que ela permanecerá de pé, de fato mesmo, só quando todo mundo fizer como Chico Mendes fez — lutar pela reforma agrária que a gente quer para a Amazônia, pelo direito do seringueiro à reserva extrativista que liberte a floresta do fogo e da serra destruidores do latifúndio. É esse o grande valor da ecologia.

Encontro Nacional dos Seringueiros

A entrevista termina com uma convocação de apoio ao 2º Encontro Nacional dos Seringueiros marcado para março próximo, em Rio Branco, Acre.

— O Brasil parecia nem saber que existia seringueiro. Nossa luta só começou a ser divulgada depois do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros. Existe sindicato, existe CUT, existe CPT, tantos movimentos ligados ao seringueiro. Mas é preciso existir uma entidade que seja do próprio seringueiro.

O Encontro Nacional dos Seringueiros não é um encontro sindical. Juntos, todos os seringueiros da Amazônia vão tirar uma plataforma de luta, identificar amigos e aliados, traçar um roteiro de ação sob o comando duma diretoria a ser eleita por eles mesmos.

— Estamos convidando todo esse pessoal que trabalha na área da ecologia porque é lá na Amazônia que eles vão ver e sentir a diferença entre a ecologia de que se fala no Rio e São Paulo e a ecologia que a gente defende na Amazônia. Já convidamos a direção nacional do PT para que envie um de

seus membros. Estamos convidando a CUT, a OAB, o pessoal do Cepis, jornalistas e também entidades internacionais.

União dos Povos da Floresta

— A coisa mais importante do Encontro Nacional de Seringueiros é a União dos Povos da Floresta que significa a união do seringueiro com o índio, a união do branco com o índio. Entre outros casos, houve um conflito, por exemplo, numa área entre Rio Branco e o Amazonas. Quem tratou da situação e resolveu o caso foram Chico Mendes e Wilson Pinheiro. Wilson morreu, mas Chico continuou discutindo o assunto com os seringueiros. Era preciso acabar com o conflito. Já no Primeiro Encontro foi decidida a união com o índio, a União dos Povos da Floresta.

— Seringueiros e índios têm que lutar juntos contra a desapropriação que os priva diretamente de condições de trabalho e de subsistência. Vamos unir a resistência do índio à resistência do branco trabalhador para impedir que a floresta caia.

Julio Barbosa estende essa unidade a todos os trabalhadores:

— Nossa luta como seringueiros, como pequenos produtores, se junta à luta de todo operário, como os de Volta Redonda. Estamos próximos dos bóias-frias, das vítimas da seca do nordeste. Solidários com os brasileiros forçados a viver clandestinamente na Bolívia, onde não se sabe se são brasileiros ou bolivianos. Temos que enfrentar juntos o inimigo comum, pois a UDR não é inimiga só do trabalhador rural, ela vai atacar também os grevistas nas fábricas. A UDR vai juntar-se ao que há de pior neste país para influir nas próximas eleições para presidente.

REFORMA AGRÁRIA DE SERINGUEIRO

O plano dos seringueiros para defender a floresta e o homem da fúria destrutiva do latifúndio.

— Gostaria de começar dizendo que, mesmo sabendo que tinha sido condenado à morte pelo latifúndio, em nenhum momento Chico Mendes esmoreceu ou pensou em parar. É um exemplo importante para todo trabalhador. Chico estava na lista da morte. Nós todos estamos na lista da miséria, o que também é uma condenação à morte. Temos que lutar. E nossa luta, em Xapuri, é pela reforma agrária. Mas reforma agrária de seringueiro, diferente daquela idéia de distribuição de lotes.

— Como é que se faz reforma agrária de seringueiro? Aí está uma boa pergunta. Primeiro, chegamos à conclusão em nossas reuniões, que a reforma agrária de assentamento não serve para seringueiro, pois o transforma em agricultor, trabalho em que não tem experiência alguma. A reforma agrária que nos serve se chama “assentamento de reserva extrativa”. É por ela que lutava Chico Mendes.

— A reforma agrária que a gente quer na Amazônia é o direito à **reserva extrativista** para cada seringueiro. Cada seringal que hoje está nas mãos dos grandes latifundiários deve passar para as mãos dos seringueiros como **reserva extrativista**. A terra passa a ser da União e o seringueiro não precisa ficar preocupado com o título definitivo, nem com propriedade privada. A terra pertencendo à União ninguém vai poder vendê-la a latifundiário nenhum.

Dois pensamentos na mata

Julio Barbosa desenha didaticamente o quadro da luta de classes na floresta tropical:

— Exitem dois pensamentos sobre a floresta amazônica: o pensamento de destruir e o pensamento de preservar. Quer destruir a mata aquele que deseja substituir o homem pelo boi, quer colocar o boi onde mora e trabalha o ho-

mem. No lugar da seringueira, um pé de capim. Onde passa um animal de caça quer uma estrada para o carro da fazenda. Do outro lado, pretendem preservar a floresta os defensores da tradição de nossos antepassados, os índios que ainda vivem na Amazônia. Essa tradição é o trabalho de cortar seringa, colher a castanha, matar uma caça para se alimentar.

E arremata:

— A floresta só ficará de pé se vencer a idéia de Chico Mendes. Com a reserva extrativista, acabando com o latifúndio, salvaremos a floresta amazônica.

Inflação é pior no mato

Em seguida, o líder seringueiro produz uma argumentação das assembleias sindicais para relatar o nascimento da cooperativa:

— Na mata, a inflação pega muito

mais forte. A borracha que produzimos é negociada da seguinte forma: o seringueiro vende para o marreteiro que vende para um comerciante na cidade que, por sua vez, vai vendê-la a uma usina em Rio Branco ou outro ponto. A usina paga o preço oficial. Mas o comerciante paga menos ainda ao marreteiro que paga um preço ainda mais baixo para o seringueiro. Então, o preço oficial só vale para a usina. O verdadeiro produtor recebe muito menos, bem abaixo.

— Mas o marreteiro não é só comprador. Ele é também vendedor de mercadorias ao seringueiro — açúcar, sal, café, sabão, querosene, etc. O que ele vai vender lá no mato, comprou antes na cidade dum comerciante que comprou em São Paulo. De mão em mão, a mercadoria foi aumentando de preço. O preço é de borracha — espicha quando o seringueiro tem que pagar e encolhe quando o seringueiro tem que receber.

plena selva tropical

O legado de Chico Mendes

O que brilha na mata: a Cartilha Poronga e a consciência indestrutível do seringueiro.

O relato vai revelando uma faceta menos conhecida da herança de Chico Mendes. O seringueiro desenvolveu uma teoria que fundamenta a autoconfiança na sua capacidade de preservar a floresta e de transformar politicamente a Amazônia:

— Como é que os seringueiros se informam sobre todas essas coisas e aprendem a explicar tudo isso? Quem sai do sul, chega ao Acre, vai até Xapuri e penetra no seringal percebe que o seringueiro é muito inteligente e sabe muita coisa. O seringueiro estuda. Pegar na caneta de escrever é que é difícil para ele.

Chico Mendes explicava que cada seringal, e cada comunidade podem ter problemas diferentes. Mas, em relação ao trabalho e à produção cada seringueiro é uma vida igual. É fácil explicar isso quando se tem experiência na vida, de profissão, de estar junto. Chico explicava que ele aprendeu

essa experiência vivendo a mesma vida de todo seringueiro e que o seringueiro é capaz de fazer a mudança na Amazônia, resistir à derrubada. Para isso, é preciso se conscientizar e se unir num só pensamento em defesa da floresta.

— Quando estou no meio do mato, arremata a demonstração, não é só cortar seringa e colher borracha. Discuto os problemas de nossa vida. A escola do seringueiro é a discussão dos problemas.

Autoridade é sindicato

Uma pergunta vinda do asfalto indaga do homem da floresta como é que se supera a dispersão em enormes extensões para convocar reuniões e assembléias e diversificar as formas de organização.

— O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri foi o segundo a ser fundado no Acre. O primeiro foi o de Bra-

sileia. O Sindicato se espalha no mato e atinge as comunidades mais distantes e isoladas por meio das delegacias sindicais que consistem no seguinte: um local em que se reúnem os companheiros das vizinhanças, um delegado sindical que passa todas as informações, recolhe as mensalidades e ajuda a resolver as questões que podem ser decididas no local.

O delegado sindical é a grande autoridade na comunidade. Atua em nome do sindicato, representa uma autoridade eleita pelos trabalhadores. Com apoio nas delegacias sindicais é fácil convocar assembléias gerais. Dá para usar até edital de convocação dizendo que vai haver assembléia, o que vai ser discutido, data e hora, chamando todo o mundo.

A Cartilha Poronga

Quando mostrou o lado educativo da cooperativa, de-



núncia viva da exploração do seringueiro, Julio Barbosa chegou a outro filão da organização sindical na floresta:

— O seringueiro sempre viveu sem direito à escola, ao ensino gratuito. Nas discussões sindicais chegamos à conclusão que era preciso fazer um trabalho nesse terreno. Surgiu então a proposta duma cartilha, um livro, que falasse da realidade do seringueiro para que ele aprendesse a avaliar tudo em volta dele. Por exemplo, saber o que é borracha e o que é castanha e para que serve, o que é caça, para que serve a floresta em pé e assim por diante.

Essa cartilha recebeu o nome de Poronga, que é o nome duma lamparina que o seringueiro prende à cabeça para ficar com as duas mãos livres, lá no mato. Assim começou um trabalho de educação que funciona há seis anos e já conta com dezenove escolas. Nossa idéia foi a seguinte: em vez de procurar escola na cidade, onde o seringueiro não tem condições de sobreviver, trazer a escola para junto do mato. Já temos uns 500 seringueiros alfabetizados, o que tem aumentado o nível de consciência sindical e política.

— Uma entidade chamada “Projeto seringueiro” cuida da formação dos professores, vê como funcionam as escolas. Na maioria, os professores são pagos pelo Estado, mas têm compromisso com a comunidade.

Com base nessa experiência,

o sindicato criou também um serviço de saúde que já conta com seis postos.

Reação do latifúndio

— Uma das provas de que o latifúndio quer impedir essas atividades dos seringueiros é a morte de Chico Mendes, conclui Julio Barbosa. Nosso trabalho também afeta os políticos do PMDB, donos do poder no Estado do Acre, como aflige os latifundiários da UDR, os grandes comerciantes compradores de borracha, mais os traficantes de drogas.

A morte de Chico Mendes foi decidida e feita não só pelo latifúndio de Xapuri e do Acre. Estão implicados bolivianos envolvidos no tráfico de drogas. As suspeitas recaem sobre o deputado boliviano Valdemar Bezerra e envolvem até um general do exército boliviano. A gente sabe que Gastão Mota, um dos grandes traficantes de drogas, é compadre de Darly, sabidamente um dos mandantes do crime. Darly é latifundiário, mas não é criador de gado. Sempre foi visto comprando carros e viajando para todos os lados...

— Essa gente transformou Xapuri numa cidade de jagunços. Porque se deram conta que a resistência dos seringueiros tem base em Xapuri. Mas essa resistência não pode acabar com a morte de Chico Mendes. A idéia e o pensamento de Chico Mendes permanecem, animam e orientam os seringueiros.

Aqui, o sonho de Chico Mendes escrito por seu próprio punho:

“Atenção jovem do futuro
6 de setembro do ano de 2120, aniversário ou 1º centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade.

Aqui ficam somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte.

Desculpem

eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos, que eu mesmo não verei. Mais tenho o prazer de ter sonhado.”

Chico Mendes

Marcados para morrer

Os trabalhadores seringueiros de Xapuri estão denunciando para todo o Brasil que a atual lista de marcados para morrer, por mando do latifúndio, começa com os seguintes nomes:

- 1 — Julio Barbosa de Aquino, presidente do STR.
- 2 — Gomerindo Rodrigues, agrônomo, assessor do STR.
- 3 — Raimundo Barros, tesoureiro do Conselho Nacional de Seringueiros, vereador do PT em Xapuri e militante sindical.
- 4 — Osmarino Amancio, da oposição sindical no STR de Brasileia.

Atenção jovem do futuro
6 de Setembro do ano de 2120, aniversário ou 1º centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade.

Aqui ficam somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte.

Desculpem

eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos, que eu mesmo não verei. Mais tenho o prazer de ter sonhado

(Handwritten signature)

Lições e esperanças da

Isaac Akcelrud

A greve geral que imobilizou a Espanha no dia 19 de dezembro tem uma importância e significação especiais para a classe operária brasileira.

Ao sinal combinado — o corte da imagem da TV espanhola — oito milhões de trabalhadores, liderados pelo proletariado industrial, paralizaram a economia do país de ponta a ponta. As dimensões do movimento, apoiado pela massa da população, particularmente pela juventude estudantil, mostraram logo seu afiado gume político. Foi um audaz desafio ao governo e aos patrões. E uma ameaça de ruptura com o social-democrata Felipe Gonzalez. A afirmação de independência de classe que repercutiu em toda a Europa capitalista.

Neste lado do Atlântico, a grandiosa greve geral da Espanha acrescenta dupla mensagem de informação, esclarecimento e alerta:

1 — Aqui, o governo, os patrões, seus politiquieiros hipócritas e seus pelegos invocam há tempos o “exemplo” da Espanha, o modelo do Pacto de Moncloa para sua versão do “pacto social”. Eis que a classe operária espanhola, na sua totalidade, aos milhões, avisa a plenos pulmões: “É falso. É mentira. Acabamos com o pacto social. Foi preciso uma greve geral para nos livrarmos dessa peste.”

2 — A agressão do “Plano Verão” aos salários colocou a greve geral na ordem do dia, como tiveram que admitir até os adeptos do pacto social. Na Espanha, o quadro sindical era pior ainda, pois lá não existe uma central sindical independente como a CUT. As duas centrais aderiram ao pacto social. Mesmo assim, a greve geral saiu e abriu um capítulo novo na luta econômica e política da classe trabalhadora. É uma experiência de extrema utilidade, aqui e agora.



Piquetes de arrastão coalharam Madrid e as principais cidades

Realidade sem máscaras

O manifesto de convocação da greve é uma veemente denúncia da calamidade social na Espanha após mais de dez anos de pacto.

A grande façanha governamental do Partido Operário Socialista Espanhol (PSOE) sob a chefia de Felipe Gonzalez, foi o “pacto social” firmado em 30 de julho de 1977. Com o apoio das duas centrais sindicais — a União Geral dos Trabalhadores (UGT), ligada aos “socialistas”, e as “Comisiones Obreras” (CC.OO.), ligada aos “comunistas” — Gonzalez conseguiu comprometer os sindicatos operários numa política de “moderação dos salários”.

Depois de tão prolongada colaboração, as mesmas CC.OO. denunciaram os resultados dessa política de subordinação aos capitalistas. O manifesto de convocação da greve geral contém as seguintes informações:

1. — **A miséria do povo.** Já são cerca de três milhões de desempregados dos quais somente uns 30% recebem alguma ajuda oficial (subsídios). Mais de oito milhões de pessoas foram jogadas ao pauperismo (pobreza total). Quatro quintos, 80%, das pensões são inferiores ao salário mínimo profissional. Generalização dos empregos temporários pela transformação de empregos fixos em empregos precários. Somente no primeiro trimestre deste ano registraram-se 90 mil casos desse desemprego disfarçado. Perda ininterrupta do poder aquisitivo dos salários, especialmente dos funcionários públicos.

2. **A prosperidade capitalista.** A propaganda do Pacto de Moncloa, aqui no Brasil, nos dizia que o pacto social ser-

viu para por a economia em ordem e promover o desenvolvimento. O manifesto da greve geral denunciou que:

— os grandes bancos e caixas tiveram um lucro de 500 bilhões de pesetas, em 1987, isto é, 38% mais do que no ano anterior. Em 1988, no primeiro semestre, seu lucro foi 45% superior ao do ano anterior.

— as empresas quadruplicaram seus lucros em dois anos, quase 900 bilhões de pesetas;

— os especuladores estrangeiros, nesses mesmos dois últimos anos, tiveram 150 bilhões de pesetas de lucros, o país foi transformado num paraíso da especulação. A indústria espanhola está à venda a preço de liquidação;

— foi declarada uma verdadeira guerra suja aos sindicatos. As conquistas dos trabalhadores são atacadas.

Mas não é só isso. É preciso acrescentar ao quadro:

— A fraude fiscal (sonegação de impostos) é estimada em dois bilhões de pesetas. O desperdício das despesas militares eleva-se a um bilhão e cem milhões de pesetas ao ano, além dos dois bilhões e 700 bilhões de pesetas já orçados para o período 1988-93.

— As quotas patronais devidas à Previdência Social foram reduzidas de um bilhão e 800.000 de pesetas, enquanto o governo gastou um bilhão pra sanear e reprivatizar uma empresa falida, a Rumasa.

Juventude desempregada

O capitalismo senil não cria empregos. Nos países altamente desenvolvidos são dezenas de milhões de desempregados. O mesmo acontece nos países médios e se repete nos subdesenvolvidos. O solícito Gonzalez encontrou uma saída na Espanha: desempregar os trabalhadores maduros e fazer um rodízio de jovens em suas vagas. A isto chamou solenemente de — Plano de Emprego Juvenil (PEJ). O manifesto da greve geral denuncia:

— O PEJ não cria empregos. É uma agressão aos trabalhadores e trabalhadoras. Em lugar de emprego novo, transforma o emprego fixo em emprego precário a ser ocupado pelos jovens sem garantia alguma. Como estímulo a essa prática, o patrão seria isento da sua quota integral devida à Previdência Social e ainda receberia subvenções de diversas formas, a ponto de chegar a obter trabalho gratuito.

— Se isto não for impedido, adverte o manifesto da greve, os jovens serão condenados à insegurança no emprego e conseqüente superexploração. Além de condenar os trabalhadores maduros ao desemprego, lançaria os trabalhadores parados com mais de 25 anos à miséria por toda a vida. Os contratos coletivos de trabalho se tornariam inviáveis.

É isto que o sr. Gonzalez entende por socialismo.

decretam o fim do pacto social

greve geral na Espanha

Inflação prevista

O truque da **inflação prevista** é um golpe baixo usado em toda parte pelos capitalistas. A resposta operária é a luta pela reposição salarial. Os inevitáveis ajustes salariais são feitos não com base nos aumentos reais do custo de vida, mas nos cálculos e previsões do governo. Os burocratas ministeriais sempre "prevêem" uma inflação menor do

que aquela que realmente ocorre. Em consequência, tais "erros de cálculo", "involuntária falha humana" confiscam mais um pedaço dos salários já com poder de compra diminuído.

Na Espanha, essa "inflação prevista" serve de base para estabelecer vencimentos de trabalhadores do setor público e para numerosos contratos de trabalho. No Brasil, o golpe já foi aplicado sob a forma do expurgo e de arti-

manhas que ignoram períodos inteiros de inflação. Foi o que aconteceu nos sucessivos planos — Cruzado, Bresser, Verão. Os espertos negociadores do pacto social introduziram a inflação predeterminada, adotando o "reductor" proposto pelo alto funcionário do City Bank, Mario Henrique Simonsen. Apenas um apelido da inflação prevista de Gonzalez. Os dois bebem da mesma fonte.

A solidão de Gonzales

Juventude, trabalhadores rurais, intelectuais, jogadores de futebol: a classe operária aglutinou todos os setores populares.

Esta combinação de fatores produziu duas consequências inescapáveis: 1) Enfraquecimento e deterioração dos sindicatos em virtude da prolongada colaboração de classes. A estrutura sindical enredada no pacto social parecia cada vez mais débil ante a arrogância dos patrões e do governo. 2) Aumento do mal-estar social a partir das fábricas, invadindo todos os locais de trabalho, penetrando nos lares e nas escolas. Protestos e queixas em volume e intensidade crescentes. Pressão ascendente da base sobre as cúpulas.

A UGT começou a sentir queda de influência. Perdeu posições nas fábricas nas últimas eleições. Começa a organizar-se o descontentamento dos trabalhadores. Surge uma esquerda sindical, independente e combativa, capaz de crescer e desenvolver-se. É o fato novo.

A contradição entre a política dos dirigentes e a pressão das bases começou a aproximar as cúpulas rivais das centrais sindicais, forçadas ambas a dar atenção às exigências dos trabalhadores. Os líderes da UGT e CC.OO., por estarem mais próximos dos trabalhadores, revelaram maior sensibilidade para as mudanças em curso. Os dirigentes socialistas, mergulhados na burocracia governamental, avaliaram erroneamente a conjuntura, julgando que as centrais sindicais não teriam fôlego para a greve geral. A pressão das bases empurravam as direções sindicais no rumo da luta de classe. O governo e o PSOE lançaram uma campanha anti-greve no velho estilo franquista do insulto e da ameaça. A esquerda sindical movia-se com desenvoltura no interior dessa contradição.

O governo ficou só

"El gobierno se quedo solo", festejou a liderança das "Comisiones Obreras" "Huelga absoluta" exclamou um eufórico analista político. "Imprevisível capacidade de mobilização que surpreendeu os próprios sindicalistas", comentou, perplexa, a imprensa burguesa. O parlamento ficou boquiaberto, imóvel, fingindo ignorar que oito milhões de trabalhadores, apoiados pela maioria esmagadora da

população, comandavam a marcha dos acontecimentos. O governo perdeu a iniciativa ante a unanimidade nacional da greve.

O diagnóstico do jornal revolucionário **Combate**: "Estamos vivendo uma elevação da pressão das caldeiras, que pode oferecer poucos sinais externos, mas está produzindo fenômenos importantes "por dentro", nas entranhas da sociedade. A greve geral reflete, intensifica e aprofunda esta situação".

É o que indicaram milhares de assembleias de fábrica, força motriz da greve geral, bem como as numerosas manifestações de protesto que a anunciavam e preparavam.

Uma das principais medidas antigreve do governo, a "prestação mínima de serviços essenciais", suscitou uma luta com aspectos de controle operário da produção. Os grevistas acabaram estabelecendo, eles mesmos, os critérios de "serviço mínimo".

Participaram da greve os trabalhadores rurais. A juventude estudantil e operária atuaram de mãos dadas. Aderiram intelectuais, artistas e profissionais liberais. A classe operária mostrou-se capaz de aglutinar todos os setores populares.

Inovando nos piquetes

A garra dos sindicalistas de esquerda manifestou-se principalmente nos piquetes que se agigantaram num comício permanente. Pouco tiveram que fazer para paralisar fábricas, pois a adesão era total. Os piquetes participaram de ações como:

— resistência e legítima defesa ante as tentativas de violência policial, obrigando a repressão a recuar;

— ajuda aos comitês de greve a estabelecer e fazer valer os critérios de "serviço mínimo essencial";

— transformação dos **piquetes de arrastão em piquetes de informação** que coalharam Madrid e as principais cidades de comícios locais fundidos num gigantesco comício nacional que durou dois dias além da greve.

Reivindicações elementares

As quatro reivindicações da greve ge-

ral traduzem o cuidado das direções em evitar a radicalização política, para manter o controle da situação: 1) Retirada do Plano de Emprego Juvenil (PEJ). O plano morreu. 2) Reposição salarial, pagamento da "dívida social" em consequência dos "erros" de cálculo da "inflação prevista". É uma reivindicação de seis milhões de aposentados, 1,5 milhão de funcionários públicos, meio milhão de desempregados com subsídios em função do salário mínimo estabelecido em função da inflação, mais 400 mil trabalhadores de salários mínimo. A CGT estima os custos deste item em 80 milhões de pesetas. O Ministério da Fazenda acha que bastariam uns 30 milhões. 3) Pelo Acordo Econômico e Social de 1984, Gonzalez se comprometeu a ampliar para 48% dos desempregados a prestação de ajuda (subsídios). Menos da metade dos desempregados cadastrados. Nem isso cumpriu. A greve exigiu o combinado. A CGT calcula uma despesa adicional de 250 milhões de pesetas. 4) — Pleno direito do funcionalismo público à negociação coletiva em igualdade de condições com os demais trabalhadores.

Tática de Gonzales

Apanhado em grosseiro erro de avaliação política, Felipe Gonzalez não teve remédio senão reconhecer publicamente o êxito da greve e tentar negociar;

A tática de Gonzalez é a de um ator político. Passa a representar o papel da humildade em lugar da arrogância, para resguardar sua influência eleitoral. Ao mesmo tempo, manobra para separar as duas centrais sindicais. Diante da UGT observa um duplo jogo: de lado, procura atrair o líder Nicolas Redondo de volta para o redil do PSOE; de outro, fomenta uma oposição direitista, para tentar derrubá-lo ou, no mínimo, forçá-lo a ceder.

Ao mesmo tempo, Gonzalez engatilha medidas demagógicas de impacto, participadamente na área fiscal, como imposto sobre herança, taxação das grandes fortunas e outras medidas desse tipo que irritam mas não assustam a burguesia.

Um balanço crítico

A greve geral de 14 de dezembro teve duas consequências políticas maiores cuja repercussão pode ultrapassar o quadro nacional espanhol:

1 — Acabou com o pacto social que vinha desorganizando e desmoralizando o movimento operário ibérico.

2 — Desequilbrou o quadro político resultante da derrota operária na questão do referendun da OTAN, quando foi aprovada a implantação de bases americanas na Espanha, bem como nas eleições de 1986 que deram maioria absoluta a Felipe Gonzalez.

Agora, o governo precisa recuperar o controle total sobre os sindicatos para escapar ao dilema: mudar a política econômica (o que não pode fazer devido a seus compromissos de classe com o grande capital) ou convocar eleições gerais (o que implica um risco de perder a maioria absoluta ou mesmo de sofrer uma nova "surpresa").

O jornal revolucionário **Combate** define o conteúdo da greve em três pontos:

a) Foi uma **ação política unitária e de massas**, em oposição ao governo. b) Seus objetivos explícitos foram apenas reivindicações sindicais elementares somadas ao desejo de mudança da política governamental. c) A contradição entre os modestos objetivos apresentados e o aspecto radical dos métodos empregados.

O governo socialdemocrático sofreu uma tripla derrota:

— **ideológica**, porque foi repudiado o anti-sindicalismo e desmoralizada a política oficial antigreve; os trabalhadores readquiriram autoconfiança e verificaram, por experiência própria, quão formidáveis forças sociais podem dirigir quando se unem pra uma política independente;

— **econômica**, porque seus planos foram rejeitados pelo povo;

— **política**, porque perdeu autoridade perante as massas.

Estes avanços indiscutíveis têm limitações e ainda precisam ser consolidados. Está acrescida a autoridade e fortalecido o prestígio dos dirigentes sindicais que fizeram o pacto social. Eles mantêm suas posições reformistas e conciliadoras no trabalho diário e conservam suas idéias políticas de colaboração de classe. Ao mesmo tempo, o governo pode manter por mais algum tempo sua influência eleitoral.

A esquerda sindical, os operários revolucionários e a jovem guarda emergente da greve devem contar fundamentalmente com a continuidade e a ampliação da pressão da base, o que implica em levar o clima combativo da greve para dentro das empresas. "É preciso estudar atentamente a realidade e reforçar nossa capacidade de iniciativa e imaginação", conclui o editorial de **Combate**.

XIII – A Revolução Cubana (1.ª parte)

A reconstituição da primeira revolução socialista na América Latina desmente os mitos simplificadores da teoria do “foco guerrilheiro”.

CRONOLOGIA

1895 — Um grupo de exilados desembarca em Cuba, sob o comando de José Martí, dando prosseguimento à guerra de independência, José Martí morre logo em seguida.

1898 — Tropas norte-americanas desembarcam em Cuba, quando os espanhóis já estavam, de fato, vencidos.

1901 — Uma assembléia constituinte, convocada por pressão dos EUA, aprova a Emenda Platt que consagra a situação de dependência neo-colonial de Cuba em relação aos EUA.

1925 — Formação da Central Nacional Operária de Cuba (CNOOC) e do Partido Comunista. Pouco depois, José A. Mella, principal dirigente do PC, é expulso do país.

1927 — Ditadura de Machado. Formação do Diretório Revolucionário Estudantil com A. Guiterras.

1929 — José A. Mella é assassinado no México.

1933 — Uma greve dos trabalhadores do transporte se transforma em greve geral. O ditador Machado é derrubado. É formado um governo revolucionário, com Grau San Martín e Guiterras. O Partido Comunista reivindica “todo poder aos Soviéticos”. São publicadas uma série de leis populares: jornada de oito horas, autonomia universitária. A pressão contra a situação neo-colonial de Cuba aumenta, com denúncias à Emenda Platt.

1934 — Batista toma o poder.

1935 — Greves na agroindústria açucareira. É assassinado Guiterras. O PC modifica a sua orientação política e passa a convocar uma “frente antifascista nacional”.

1938 — Negociações entre Batista e Blas Roca, dirigente do PC. O PC e a Confederação dos Trabalhadores Cubanos são legalizados. Batista aceita a convocação de uma Assembléia Constituinte.

1939 — Grau San Martín é eleito presidente da Constituinte.

1940 — É aprovada uma nova Constituição. Batista é eleito presidente.

1942 — Cuba declara guerra à Alemanha e Japão. É formado um governo de união nacional com a participação do PC, sendo que um dos seus dirigentes, Carlos Rafael, é nomeado ministro.

1944 — Grau San Martín é eleito presidente. O PC se transforma em PSP.

1946 — O PSP vai para a oposição.

1947 — Eduardo Chiba funda o Partido Ortodoxo, do qual sairia Fidel Castro.

1948 — Pio Socarras é o novo presidente.

1951 — Eduardo Chiba se suicida.

1952 — Batista dá um golpe de estado em 10 de março.

1953 — Sob o comando de Fidel Castro, um grupo de revolucionários ataca o quartel de Moncada em 26 de julho. Muitos são presos e outros mortos. Fidel lança as bases programáticas do Movimento 26 de Julho: “A história me absolverá”.

1955 — Anistia geral. Fidel, com vários de seus companheiros, vai para o México.

1956 — Fidel rompe definitiva e formalmente com o Partido Ortodoxo. Estabelece uma aliança com o “Diretório Revolucionário”, organização que atuava no movimento estudantil. Insurreição em Santiago. Fidel e um grupo de 81 homens desembarcam clandestinamente em Cuba.

1957 — Franck Pais, um dos revolucionários cubanos, é assassinado em agosto. Greve geral em Santiago e Havana. Repressão brutal da ditadura. Os partidos de oposição, com exceção do PSP, assinam o Pacto de Miami, que é condenado por Fidel.

1958 — No dia 12 de março é convocada uma greve geral revolucionária pelo Movimento 26 de Julho. A greve, marcada para o dia 9 de abril, fracassa. Ofensiva militar da ditadura contra os guerrilheiros em maio e junho e contra-ofensiva da guerrilha nos meses seguintes. Colunas comandadas por Ernesto “Che” Guevara e Camilo Cienfuegos partem em direção a Havana. Pacto de Caracas no dia 2 de julho. Reeleição de Batista no dia 9 de dezembro.

1959 — No dia 1.º de janeiro, Batista foge de Cuba. Fidel entra em Santiago de Cuba e convoca uma greve geral. Ernesto Guevara e Camilo Cienfuegos entram em Havana no dia 3 de janeiro. No dia 8, Fidel chega a Havana. É eleito primeiro-ministro no dia 17 de fevereiro. No dia 17 de maio é lançada a primeira lei de reforma agrária. No dia 19 de julho, Urrutia, o presidente provisório, abandona a ilha.

1960 — O governo dos EUA começa a aplicar sanções econômicas a Cuba. Em fevereiro, é assinado um acordo comercial com a URSS. A partir de julho, têm início as nacionalizações das empresas.

1961 — Os EUA rompem relações diplomáticas com Cuba. Fidel proclama o caráter socialista da revolução. Aviões procedentes da América Central bombardeiam Havana, ao mesmo tempo em que um grupo de mercenários desembarca em Playa Giron. São rapidamente derrotados.



A revolução cubana ocorreu no momento de uma crise que atingia vários países da América Latina e era provocada basicamente pela reestruturação econômica e pela recomposição das classes dominantes a nível internacional. Cuba sofreu fortemente esta crise por se tratar de um país neocolonial, situado às portas do imperialismo norte-americano.

O processo de independência de Cuba não havia sido concluído. Durante a guerra contra a Espanha, os EUA invadiram a ilha e, logo depois, impuseram a Emenda Platt, que lhes dava a permissão de intervir diretamente em Cuba. Além disso, os capitais norte-americanos controlavam a economia do açúcar desde as plantações à sua industrialização e exportação para os EUA. Estendiam-se também para o setor de serviços e indústrias.

Predominava no campo o proletariado agrícola. O campesinato propriamente dito tinha um peso econômico e social relativamente pequeno. A estruturação econômica da ilha levou também já em 1953 a ter 60% de sua população nas cidades.

A crise geral afetava fortemente os preços do açúcar. Para manter os preços mais elevados, os capitalistas norte-americanos resolveram estancar a produção açucareira de Cuba: em apenas duas déca-

das, ela foi simplesmente reduzida à metade. Os capitalistas formaram um enorme contingente de trabalhadores desempregados que só eram utilizados durante os períodos de colheita e reduziram fortemente o salário dos trabalhadores.

Procurando adiantar-se às conseqüências mais agudas da crise, o imperialismo impulsionou o golpe militar que levou ao poder Fulgêncio Batista em 1952. O governo de Batista foi sendo cada vez mais contestado pela classe trabalhadora urbana e rural, por segmentos importantes das classes médias e até por setores das classes dominantes.

O PSP, velho partido estalinista, não tinha condições de capitalizar a onda crescente do descontentamento. Ela havia participado em ministério de um governo anterior de Batista e mantinha uma política de aliança com partidos burgueses reformistas.

Uma vanguarda combatente

Neste cenário, surge uma vanguarda. Ela era originária da juventude do Partido Ortodoxo e liderada por Fidel Castro, um jovem advogado. O Partido Ortodoxo era de classe média e tinha um caráter reformista. A diferenciação de Fidel Castro com o Partido Ortodoxo teve início desde o golpe de Batista: enquanto de-

nunciava o golpe e recorria aos tribunais com um recurso jurídico, que logicamente não foi acatado pelos juizes, o Partido Ortodoxo manteve uma atitude passiva.

Este combate à ditadura Batista foi, portanto, desde o início liderado por Fidel. No desenvolvimento de sua luta, Fidel iria também assimilando as bandeiras tradicionais do combate antiimperialista do povo cubano.

A ditadura de Batista foi perdendo bases de apoio social. Na medida em que isso ia acontecendo, ela foi ficando cada vez mais repressiva e corrupta.

Nesse contexto é que Fidel, junto com um grupo de jovens, sem nenhuma consulta sequer ao seu partido, resolveu atacar o quartel de Moncada. O assalto ao quartel foi rapidamente derrotado. Muitos membros do grupo foram brutalmente assassinados. A chama, contudo, tinha sido acesa. O caminho tinha sido apresentado. A derrota era apenas uma batalha em uma guerra de muitos lances.

Fidel se transformou em uma referência política na ilha. Apresentou um primeiro programa do movimento revolucionário, quando fez sua defesa ante o tribunal da ditadura militar. Este discurso seria posteriormente publicado com o nome de “A história me absolverá”.

Dois anos depois seria de-

cretada uma anistia. Fidel e alguns companheiros seguem para o México. Uma nova etapa da revolução estava começando.

Guerra revolucionária

No México, Fidel rompe definitivamente com o Partido Ortodoxo. Mas na realidade o rompimento político e ideológico já havia se dado antes.

O México serviu para a preparação política e militar de uma nova vanguarda. Fidel e os seus companheiros desembarcam no dia 2 de dezembro de 1956 nas praias cubanas. Eram cerca de 82 homens, entre os quais o médico argentino Ernesto Guevara, que se juntara aos revolucionários nas terras astecas. Nas praias, houve combates e muitos mortos. Apenas 19 conseguiriam chegar às montanhas.

“Éramos um grupo de origem civil implantados na Sierra Maestra, mas não inseridos nela. Andávamos de choupana em choupana...” “Éramos vistos com tolerância, mas não éramos integrados”: assim descreve os primeiros tempos de combate o comandante Che Guevara.

A repressão da ditadura foi brutal, assassinando camponeses, destruindo suas casas. Os camponeses foram respondendo à repressão da ditadura, incorporando-se ao exército guerrilheiro. “Assim, o nosso exército foi”, diz Guevara, “convertendo-se em exército camponês”. A guerrilha incorporou com centralidade a bandeira da reforma agrária, que teve forte impacto na área rural.

A repressão do ditador Batista tornou-se mais sanguinária. Frank País, um dos revolucionários cubanos, é assassinado em Santiago de Cuba. Ocorre uma greve geral, que sem grande organização, é facilmente derrotada por Batista. “A greve geral serviu como lição aos revolucionários, que passam desde então a trabalhar clandestinamente nos centros operários para preparar uma greve geral”, conclui Guevara, “que ajudaria o exército rebelde a tomar o poder”.

Uma nova greve geral é convocada para o dia 9 de abril, mas é derrotada. O ditador Batista aproveita para lançar uma ofensiva contra a guerrilha. No dia 25 de maio envia dez mil homens bem equipados contra cerca de trezentos guerrilheiros. A ofensiva durou até 30 de julho: o exército ditatorial sofreu uma grande derrota, com mil baixas e a perda de seiscentas armas.

O exército rebelde passa a preparar uma ofensiva que faria na planície. Guevara é o comandante que entra, logo no início, em Las Villas. E lá encontra, “já lutando contra a

ditadura”, conta Guevara, “o Diretório Revolucionário, os grupos da Segunda Frente de Escambray, os grupos do PSP e os pequenos agrupamentos da Organização Autêntica”.

“Vimos, então, mais do que nunca que a unidade era um fator importante na luta revolucionária”, comenta Guevara. A unidade entre os guerrilheiros e “as organizações da planície” passou a ser buscada com muito mais força.

A luta vai se transformando cada vez mais em uma combinação entre a “serra e a planície” ou entre “a vanguarda e o movimento de massas”. Essa combinação, negação em si da visão “heróica” e reducionista do foco guerrilheiro, tinha como objetivo estratégico a criação de condições para a realização de uma greve geral que fosse capaz de derrubar a ditadura.

No dia 1º de janeiro de 1959, Batista estava isolado em seu palácio. Fidel Castro já entrava em Santiago de Cuba. Guevara e Camilo Cienfuegos tinha, no comando de colunas guerrilheiras, praticamente dividido a ilha e se aproximavam de Havana. Batista foge. Fidel Castro logo ao entrar em Santiago conclama todos à greve geral. A ditadura é feita em pedaços.

Duplo poder

Toda a orientação política do grupo de Fidel demonstrou que soube utilizar plenamente as divisões das classes dominantes e as oscilações do próprio imperialismo norte-americano. Neste processo, o grupo foi radicalizando-se e clarificando cada vez mais sua orientação.

Quando a queda de Batista era iminente, setores da burguesia começaram a articular uma saída. Foi estruturado um governo provisório, tendo à frente Urrutia — um juiz que havia rompido com Batista — e vários ministros burgueses.

Estabeleceu-se, de fato, um certo duplo poder. As mobilizações de massas vão desestruturando o Estado burguês. O Exército Rebelde é o centro do novo poder que surge.

A superação deste impasse se dá com a expulsão dos representantes das classes dominantes dos postos de mando. As condições de transcrescimento da revolução estavam dadas. Sua dinâmica era a sua transformação em revolução socialista.

Com a vaga de expropriações generalizadas, primeiro das empresas imperialistas que tentaram boicotar a economia e, depois, em outubro de 60 das propriedades da burguesia cubana, consolidava-se o Estado Operário cubano.

Continuação da página 16.

nanceiro interno às empresas ressurgiu como um problema a ser enfrentado.

Três elementos

Superar este problema não é absolutamente impossível. Antes pelo contrário, é exatamente o que vem sendo realizado nos anos 80 nos países centrais a partir de uma rearticulação global das relações interempresas e Estado. Contudo, as bases desta rearticulação estão ausentes na periferia em função da forma como o desenvolvimento da grande indústria se deu nestes espaços.

Se nos é permitido mais uma vez tratar com excessiva rapidez problemas tão graves, diríamos o seguinte para que seja possível a sustentação interna (ao nível de um espaço econômico fechado) de um processo de ampliação permanente dos espaços de investimento produtivo, é preciso contar com, pelo menos, três elementos: um mercado interno amplo (que pressupõe uma estrutura de distribuição de renda que permita aos trabalhadores fazerem parte do mercado de bens de consumo modernos); uma estrutura de organização industrial que estimule o investimento ordinário das empresas e a pesquisa tecnológica como estratégia de concorrência; e, terceiro, um Estado Nacional financeiro e politicamente sólido e suficiente para praticar políticas tecnológicas, industriais e financeiras que garantam a abertura permanente de novos espaços de valorização produtiva e financeira dentro dos marcos de segurança e rentabilidade exigidos pelo capital internacionalizado.

Ora, as condições de emergência do capitalismo industrial na periferia são tais que inviabilizam a coexistência destes três pressupostos em níveis que permitam a articulação prática de qualquer projeto de desenvolvimento autossustentado.

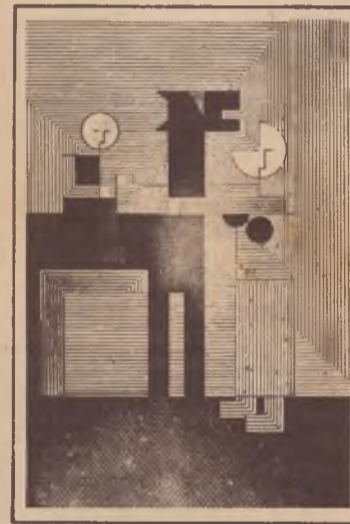
Simultaneamente, a “concorrência” dos diversos Estados nacionais periféricos (uma vez superada a fase especificamente neocolonialista do imperialismo) pelo ingresso dos capitais externos (no âmbito de políticas desenvolvimentistas), acabou por determinar a adoção de políticas alfandegárias, tarifárias e de organização de mercados que, não apenas determinam uma fragilidade financeira estrutural para estes mesmos Estados, mas — ainda pior — criam um padrão de organização industrial em que o caráter espoliativo e perverso do capital monopolista (refratário ao investimento produtivo e à pesquisa tecnológica) é elevado ao extremo.

Por fim, a transição burguesa ordenada que estes países viveram, associada à penetração dos capitais externos (que vêm acompanhados de toda

uma estrutura política, militar e cultural subordinadora), acaba por determinar a constituição de Estados nacionais esquizofrênicos, política e financeiramente manietados que se tornam incapazes de articular um conjunto de políticas públicas de estímulo ao aprofundamento de um padrão mais avançado de capitalismo, quando este movimento se torna incoerente com as determinações fundamentais dos blocos capitalistas hegemônicos.

Revolução tecnológica

Este é o quadro genérico em que se debatem os países de desenvolvimento capitalista tardio e que vem sendo aprofundado por dois outros movimentos. Em primeiro lugar, uma profunda revolução tecnológica no centro imperialista e que se assenta sobre a informática, a robótica e a biotecnologia. As consequências imediatas para a periferia destes desenvolvimentos são o aprofundamento da perda de atratividade destes países enquanto pólos econômicos, ten-



do em vista a perda de importância relativa dos salários baixos e da abundância de terras agriculturáveis para a produção de alimentos e matérias-primas.

Em segundo lugar, o aprofundamento da concorrência intercapitalista ao nível mundial tem determinado a ampliação do arsenal de instrumentos de intervenção estatal sobre a economia, associado à exacerbação de políticas protecionistas que redefinem o espaço geopolítico e econômico do globo (como é visível no reordenamento europeu e na aproximação dos EUA e Canadá). Neste “volta-rse sobre si mesmos”, os Estados nacionais centrais buscam apoiar de forma frenética a renacionalização dos capitais que ao longo de após-guerra evoluíram no sentido de uma internacionalização.

Origem da inflação

A consequência inexorável para a periferia deste movimento global é a crise estrutu-

ral, incontornável com políticos keynesianos de curto prazo, venham elas ou não acompanhadas de moralidade pública e boas intenções. Sabe-dores dos limites de sua capacidade de intervenção, a grande burguesia (de origem nacional ou não) articula com os governos periféricos um conjunto de políticas públicas cuja essência é a de garantir — a despeito da crise — a valorização dos capitais comprometidos com estes espaços econômicos e, fazem isto, através de uma política de centralização dos capitais e da riqueza que tem por base a valorização financeiro-fictícia, a inflação e a recessão.

Este movimento que leva à expropriação dos mercados e do patrimônio das pequenas e médias empresas, à privatização seletiva do capital e do patrimônio estatal e à pauperização crescente das massas, leva também a uma ampliação das tensões políticas e sociais internas que assumem formas coerentes com o grau superior de desenvolvimento industrial e urbano destas economias em crise. Com a ampliação de instabilidade política acelera-se o processo de fuga de capitais, o que aumenta a pressão sobre a balança de pagamentos, reforçando a dolarização da economia (o dólar passa a ser o ativo de reserva e a unidade de avaliação de valor por excelência) o que acaba por levar a explosões inflacionárias sempre crescentes.

Programa alternativo

O enfrentamento deste quadro doloroso só pode se dar a partir de transformações políticas profundas que dêem sustentação ao conjunto das intervenções cirúrgicas que a economia brasileira necessita para reencontrar (redefinindo) sua rota de desenvolvimento. Vale a pena lembrar que estas intervenções têm de vir no sentido da ampliação do poder regulatório do Estado, associado à limitação dos espaços políticos dos segmentos sociais cujos interesses se encontram visceralmente ligados aos do capital monopolista internacionalizado.

Em suma, são tarefas que só cabem dentro do perfil de um partido operário, que sustente a independência de classe e que seja capaz de definir e articular um programa integrado de transição para o socialismo.

1 — Dentro deste quadro geral existem, evidentemente, exceções. As mais expressivas são a Coreia do Sul e Formosa, duas economias que foram (e ainda são) sustentadas pelas grandes potências imperialistas. Os economistas burgueses não se cansam de cantar loas a estes países, pretendendo que o Brasil e as demais economias periféricas não só possam como devem se espelhar em suas experiências.



A dimensão internacional da crise econômica

Um dos grandes desafios que o Partido dos Trabalhadores enfrenta hoje é construir uma explicação da crise da economia brasileira, que fundamente um plano de governo alternativo.

A seguir, apresentamos uma contribuição que busca as raízes dos impasses da economia brasileira no complexo processo de crise do padrão imperialista de expansão do capital.

Carlos Paiva

Hoje — de uma forma espantosa pela capacidade da burguesia em sustentar a unanimidade das intervenções de sua intelectualidade orgânica — todas as falas oficiais e oficiosas a respeito da origem da crise econômica nacional culpam o déficit público de ser o grande inimigo da nação e do povo.

As razões íntimas deste discurso são evidentes: é preciso cortar os gastos sociais do governo, sem alterar a política tributária (que penaliza os trabalhadores e subsidia o capital monopolista), para que os ganhos financeiros e especulativos dos segmentos que sustentam a dívida interna governamental sejam garantidos. Em outras palavras: é preciso diminuir o déficit para que a dívida não se torne tão grande a ponto de deixar de ser manejável, a ponto de deixar de ser um instrumento seguro de valorização financeira.

Crise internacional

Antes de mais nada, o que salta aos olhos de todo e qualquer observador por mais leigo que seja em assuntos de economia, é o fato de a crise atual não ser uma “peculiaridade” brasileira. Esta é uma crise que abala todos os países capitalistas de inserção periférica no mercado mundial, independentemente do caráter mais ou menos popular ou corrupto dos seus governos(1).

Esta coincidência da crise ao nível dos países periféricos revela o óbvio: suas origens se encontram em uma alteração profunda do padrão de reprodução da economia capitalista mundial, cujas manifestações mais evidentes são as impagáveis dívidas externas dos países no Terceiro Mundo. É preciso,

contudo, ver o que há “por trás” destas dívidas externas, ou não entenderemos “o segredo” da crise atual nem entenderemos seus desdobramentos potenciais.

Toda e qualquer dívida — independentemente da forma e das razões que levaram à sua constituição — é resultado de um descompasso entre as entradas e as saídas de recursos de uma dada unidade econômica. Ora, a generalização das dívidas externas dos países periféricos do mercado capitalis-

tais (via investimento das multinacionais na periferia) não era circunstancial mas estrutural.

Fim de um padrão

Em outras palavras: a década de 70 e 80 deste século marcaram o fim de um padrão de reprodução da economia mundial articulado desde fins do século passado e que foi caracterizado pela exportação de capitais do centro em direção à periferia. O que vivemos hoje é a crise do padrão imperialis-

tais; 3º) a profunda revolução tecnológica-industrial que os países centrais vivenciam neste momento e que se reflete numa brutal alteração de padrões competitivos e de regulação social estatal.

Impasses na periferia

Antes de mais nada, é preciso entender o que os grandes blocos de capital monopolista vêm buscar na periferia, no seu movimento de internacionalização. O motivo original do movimento de extrapolação dos espaços nacionais é a existência de uma sobreacumulação financeira que não encontra espaços de valorização no próprio centro, dados os limites de mercado — em primeira instância —; e, secundariamente, de alguma

fra-estrutura de serviços básicos, e de matérias-primas e mão-de-obra adequada e de baixo custo. Dentre todos estes elementos, o fundamental — até mesmo porque, em parte, pressupõe os demais — é o potencial de mercado.

Ora, o que importa perceber são duas coisas: 1º) como este mercado potencial se esgota a partir da própria generalização na periferia dos padrões produtivos capitalistas avançados introduzidos pelas multinacionais; 2º) Como **a forma específica** deste movimento de **homogeneização** das estruturas produtivas determina na periferia não apenas a recriação da mesma sobreacumulação de capitais que deu origem (no centro) ao movimento de internacionalização, mas, mais do que isso, como na periferia este movimento encontra barreiras intransponíveis para a sua superação.

O primeiro movimento é mais ou menos evidente: a grande indústria multinacionalizada terá na periferia um mercado potencial amplo na medida em que seu poder de concorrência (sua produtividade) é infinitamente superior ao das unidades artesanais e manufatureiras que operam aí. A destruição destas unidades abre imediatamente um enorme mercado para a produção industrial, que só cessará quando os setores tradicionais da economia (e os novos que se abrem sob o impulso dinâmico das inversões industriais) tiverem sido totalmente ocupados, seja pelas multinacionais, seja pelos capitais locais (estatais e privados) que conseguem arcar com o pesado ônus de um movimento acelerado de concentração — centralização — modernização.

Uma vez ocupados todos os espaços que a própria estrutura de produção periférica ao afluxo de capitais externos propunha, cessam-se os estímulos à continuidade dos processos de investimento que implicam em mudanças da própria estrutura da economia e a sobreacumulação de capital fi-



ta mundial a partir de meados da década de 70 revela apenas uma coisa: os países periféricos deixaram de ser **receptores líquidos de capitais externos** e, por isso, para sustentarem um certo padrão de inserção neste mercado, tiveram de se endividar crescentemente.

As dívidas revelaram-se impagáveis na medida em que ficou claro, após toda a rearticulação das economias capitalistas centrais efetivada ao longo dos anos 80, que a cessação das entradas líquidas de capi-

ta de reprodução da economia mundial.

Esta crise tem três eixos básicos de sustentação: 1º) a homogeneização dos padrões produtivos nos setores industriais dinâmicos ao nível mundial; 2º) a forma específica de desenvolvimento e organização industrial na periferia que tem repercussões sérias e diversas ao nível da distribuição da renda e da estrutura do Estado, e, a partir daí, na continuidade dos estímulos ao investimento produtivo nestes

inadequação da oferta de insumos, mão-de-obra e mesmo de condições institucionais que garantam uma reprodução ampliada segura dos capitais.

Entretanto, no amplo conjunto de alternativas para investimentos que a periferia apresenta, a hierarquização das diversas possibilidades tem por base, além de uma avaliação da segurança das instituições políticas nacionais, a avaliação potencial da demanda, a existência ou não de uma in-